



ANAIS

**SIMPÓSIO DE TCC
FUNORTE**



Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

IX Anais do Simpósio de TCC – FUNORTE

FUNORTE, Montes Claros, v. 5, n. 9, jan./jun. 2018

Editoras

Adriana Xavier Alberico Ruas

Mariângela Martins Batista

Comissão Organizadora do Evento

Adriana Xavier Alberico Ruas

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Felipe da Silva Sousa

Henrique Andrade Barbosa

Malba Thaã Silva Dias

Mariângela Martins Batista

Millena Rodrigues Sampaio Santos

Vilmária Cavalcante Araújo Mota

Vinícius Dias Rodrigues

Welington Danilo Soares

Comissão Organizadora dos Anais

Adriana Xavier Alberico Ruas

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Felipe da Silva Sousa

Henrique Andrade Barbosa

Malba Thaã Silva Dias

Mariângela Martins Batista

Millena Rodrigues Sampaio Santos

Vilmária Cavalcante Araújo Mota

Vinícius Dias Rodrigues

Welington Danilo Soares

Correção linguística: Nely Rachel Veloso Lauton

Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

Av. Osmane Barbosa, n. 11.111, Bairro JK, Montes Claros – MG. CEP: 39404-006.

Telefone: (38) 2101-9288.

IX Anais do Simpósio de TCC – FUNORTE.

Editado em junho de 2018.

Publicado em setembro de 2018.

Corpo Dirigente da Instituição

Diretora Acadêmica

Thalita Pimentel Nunes

Diretor das Engenharias Integradas

Pedro Almeida de Souza

Diretora de Unidade/Campus Amazonas

Luciana Santana

Diretora de Unidade/Campus São Norberto

Sueli dos Reis Nobre Ferreira

Diretora de Unidade/Campus São Luís

Ivanilde Soares Queiroz Almeida

Diretor de Pesquisa

Hercílio Martelli Júnior

Gestor do Centro de Pesquisa

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Nota: para ter acesso ao texto completo procure o Centro de Pesquisa de sua unidade. O arquivo digital do Trabalho de Conclusão de Curso será fornecido via e-mail.

SUMÁRIO

DIREITO

A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COMO FUNDAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	11
AÇÃO CONTROLADA NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: A AUSÊNCIA PRÉVIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL VIOLA O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE?	11
AUTOS DE RESISTÊNCIA E A CONDENAÇÃO DO BRASIL PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO DA FAVELA NOVA BRASÍLIA	12
A OBTENÇÃO E A COLETA DE PROVAS NOS CRIMES DIGITAIS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	12
A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DO BRASIL	13
ABANDONO AFETIVO: PASSÍVEL OU NÃO DE INDENIZAÇÃO?	13
ABANDONO AFETIVO INVERSO: O AFETO COMO INSTITUTO JURÍDICO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS	14
A CRISE DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO REGIME SEMIABERTO	14
A VALIDADE DOS BENEFÍCIOS ESTENDIDOS AO COLABORADOR PREMIADO: ESTUDO DE CASO DOS IRMÃOS JOESLEY E WESLEY BATISTA	15
A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	16
ATUAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG	16
A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: COM O FOCO NO “DIREITO DOS ANIMAIS”	17
A EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMPLETO DE POLÍCIA	17
A UTILIZAÇÃO DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL	18
A PSICOPATIA NO CONTEXTO PENAL E PSICOSSOCIAL BRASILEIRO	18

A COOPERAÇÃO DOS ENTES SOCIAIS NA INCLUSÃO DOS APENADOS	19
A PSICOGRAFIA COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	19
ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE FRENTE À LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PODER EXECUTIVO E A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL	20
A PRÁTICA DA PIRATARIA E O CONSENTIMENTO DA SOCIEDADE: O CASO DO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA	21
A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO	21
ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO <i>HABEAS CORPUS</i> 124.306	22
APOSENTADORIA RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS PROBATÓRIOS DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR RURAL	22
A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL E OS REFLEXOS NA NÃO RESSOCIALIZAÇÃO	23
A MENSURAÇÃO DO DANO MORAL NA ÓTICA DA REFORMA TRABALHISTA	23
AÇÕES REGRESSIVAS PREVIDENCIÁRIAS: ACIDENTE DE TRÂNSITO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	24
A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO INQUÉRITO POLICIAL E A OBSERVÂNCIA DA MATRIZ CONSTITUCIONAL ACUSATÓRIA	24
AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR	25
A PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA NA GUARDA COMPARTILHADA	26
A PRÁTICA DO <i>INSIDER TRADING</i> NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO	26
A MULHER TRANSEXUAL COMO SUJEITO PASSIVO DO CRIME DE FEMINICÍDIO	27
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL SOB A ÓPTICA DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO	27
CONSEQUÊNCIAS SOCIOJURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE E DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	28

CONTRATO DE ESTÁGIO COMO MEIO FRAUDULENTO DE CONTRATO DE TRABALHO	28
CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: SUPERLOTAÇÃO NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	29
COLISÃO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, ÉTICA MÉDICA E OS ASPECTOS RELIGIOSOS FRENTE À RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE PELAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	29
DAÇÃO EM PAGAMENTO: RELATIVIZAÇÃO DO INSTITUTO NA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	30
DIREITO À INTIMIDADE: LIMITES PARA A EXPOSIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A RESOLUÇÃO SSP Nº 7 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016	30
DIREITO À VIDA X DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA: A SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS ASPECTOS JURÍDICO PENAIIS DA TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	31
DESAFIOS ATUAIS NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS	32
DIREITO E BREJO DOS CRIoulos: MOVIMENTOS DA LUTA PELA REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS NO NORTE DE MINAS GERAIS	32
DIREITO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: GARANTIA OU UTOPIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	33
EMBRIAGUEZ AO VOLANTE: APLICABILIDADE DO DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE EM HOMICÍDIO NO TRÂNSITO	33
EQUIPARAÇÃO SALARIAL: ESTUDO DO INSTITUTO FRENTE À REFORMA TRABALHISTA EM 2017	34
ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA RELAÇÃO CONSENSUAL COM MENOR DE 14 ANOS. UMA REFLEXÃO SOBRE A VULNERABILIDADE ABSOLUTA E RELATIVA DA VÍTIMA	34
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: UMA ANÁLISE SOBRE UM INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO DE ACESSO À JUSTIÇA	35
LEI Nº 13.019/2014: UMA ANÁLISE DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	36
MULTIPARENTALIDADE: COEXISTÊNCIA DAS PATERNIDADES BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA E OS REFELEXOS DO SEU	36

RECONHECIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO	
JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO	37
JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: ANTAGONISMO DO DIREITO POSITIVADO	37
“MULHERES AO VOLANTE”: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS (1970 – 2018)	38
O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DO MÍNIMO EXISTENCIAL E DA RESERVA DO POSSÍVEL	38
O HOMEM COMO SUJEITO PASSIVO DO CRIME DE ESTUPRO	39
O PAPEL REPRESENTATIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A ASCENSÃO DO JUDICIÁRIO E O PRINCÍPIO DA DIVISÃO DOS PODERES	39
O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E SUA APLICABILIDADE FRENTE AOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL PRATICADOS POR PSICOPATAS	40
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41
O TRIBUNAL DO JÚRI E A ANÁLISE DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> NA DECISÃO DE PRONÚNCIA FACE AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	41
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: LIMITE E EXTENSÃO	42
POLIAMOR: O DIREITO DE MEAÇÃO NAS RELAÇÕES POLIAFETIVAS	42
O <i>JUS POSTULANDI</i> E SUA EFETIVIDADE NO DIREITO DO TRABALHO	43
O EXAME DE ALCOOLEMIA E O PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	44
O SEGURADO ESPECIAL E O ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	44
PROVAS ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO PENAL	45
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: UM ESTUDO SOBRE AÇÕES MUNICIPAIS COM OS MORADORES DE RUA DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG	45
RESPONSABILIDADE DE ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA LEI 5.478/68 COM BASE NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	46
REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA PRISÃO CÍVIL POR DÍVIDA ALIMENTAR	46

TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	47
TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.344/2016	47
TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA E SUA INCOMPATIBILIDADE COM O CONTRADITÓRIO	48
TUTELA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO NA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UM ESTUDO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ERA DIGITAL	48
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: INCONGRUÊNCIAS E ASPECTOS DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL	49
VIOLÊNCIA ENTRE AS TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL	49
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERÍODO DE 2013 A 2014 E A ATUAÇÃO DA 11ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR, NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG	50
A LAICIDADE DO ESTADO FRENTE À LIBERDADE DE RELIGIÃO	50
RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA: ASPECTOS SOBRE O DEVER AO APOIO MORAL FRENTE AO ABANDONO AFETIVO PARENTAL	51
O COLAPSO NA ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO COM ÊNFASE NA INTERDIÇÃO DA CADEIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS	51
A EMOÇÃO COMO CAUSA DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE NO EXCESSO DA LEGÍTIMA DEFESA	52
ENGENHARIA CIVIL	
ANÁLISE DO BLOCO DE CONCRETO FABRICADO COM RESÍDUO DA CONSTRUÇÃO CIVIL ACRESCIDO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO PARA PISO INTERTRAVADO	53
ANÁLISE DO DESEMPENHO DE COMPÓSITOS CIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA ADIÇÃO DE EVA E FIBRAS DE PIAÇAVA	53
ANÁLISE DO TREINAMENTO DE COLABORADORES NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)	54
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE JARDINS DE CHUVAS PARA A	55

MINIMIZAÇÃO DAS ENCHENTES

ESTUDO DA PRODUÇÃO DE CONCRETO PARA CONTRAPISO COM ADIÇÃO DE AGREGADOS RECICLADOS DE ALVENARIA 55

MATERIAL HIDROFÓBICO PARA AUMENTAR EFICIÊNCIA DA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS 56

O REUSO DE ÁGUAS CINZA EM RESIDÊNCIAS 56

REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA FRESAGEM DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA A PRODUÇÃO DE NOVOS REVESTIMENTOS 57

ENGENHARIA DE ALIMENTOS

ALTERAÇÃO NUTRICIONAL E ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SUCO DA POLPA DE MORANGO NATURAL 58

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE FARINHA DE BARU, ANÁLISE SENSORIAL DO BARU TORRADO EM DIFERENTES TEMPOS E DO BOLO COM FARINHA DE BARU (*Dipteryx alata* Vog.) 58

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE CONSERVAS ARTESANAIS DE POLPA DE PEQUI (*Caryocar brasiliense*) COMERCIALIZADAS NO NORTE DE MINAS GERAIS 59

ANÁLISE QUALITATIVA DE REFRIGERANTES A PARTIR DE MÉTODOS FÍSICO – QUÍMICOS 59

ANÁLISE SENSORIAL DA GELEIA DA FARINHA DA SEMENTE DE ABÓBORA (*Cucurbita maxima*, L.) 60

ANÁLISE SENSORIAL DE HAMBÚRGUER FUNCIONAL DE FARINHA DE PEITO DE FRANGO 61

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO PACUÍ– MG 61

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS OCUPACIONAIS EM PROFISSIONAIS DE PANIFICADORAS E FRIGORÍFICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA 62

JORNALISMO

A NUDEZ ATRAVÉS DOS ENSAIOS DAS REVISTAS PLAYBOY E SEXY 62

GAME OF THRONES: A EVOLUÇÃO DE SANSÁ STARK	63
JORNALISMO COMO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO SOBRE O AUTISMO	63
JORNALISMO COMUNITÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	64
O USO DO FACEBOOK NA PRODUÇÃO E APURAÇÃO JORNALÍSTICA	64
PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA	65
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB A ÓTICA DA MÍDIA	66
SURDOS E TELEJORNALISMO: A PRODUÇÃO DO TELEJORNAL VISUAL NEWS	66
MEDICINA VETERINÁRIA	
ADENOMA DE GLÂNDULA SEBÁCEA EM LEÃO - RELATO DE CASO	67
ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO MEL DE <i>APIS MELLIFERA</i> DE DIFERENTES FLORADAS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE SALINAS, MG	67
AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR ANIMAL EM CAVALOS DE VAQUEJADA NO NORTE DE MINAS GERAIS SEGUINDO AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VAQUEJADA	68
BLITZ TERAPIA EM VACAS LEITEIRAS PORTADORAS DE <i>STREPTOCOCCUS AGALACTIAE</i> : REVISÃO DE LITERATURA	68
BRUCELOSE BOVINA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	69
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM UMA PROPRIEDADE RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS	70
INCIDÊNCIA DE CISTICERCOSE BOVINA EM ANIMAIS ABATIDOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, NORTE DE MINAS GERAIS	70
MASTITE EM VACAS PRIMÍPARAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	71
PLANTAS TÓXICAS PARA ANIMAIS DE PRODUÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – REVISÃO DE LITERATURA	71
RESISTÊNCIA MICROBIANA A FÁRMACOS UTILIZADOS NOS TRATAMENTOS DE MASTITE BOVINA POR <i>ESTAFILOCOCCUS AUREUS</i> : REVISÃO DE LITERATURA	72

PSICOLOGIA

ANÁLISE DO IMPACTO DO CÂNCER INFANTIL NO SISTEMA FAMILIAR	73
<i>FACEBOOK</i> PARA FINS DE RELACIONAMENTO	73
INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR: UMA ANÁLISE DO ASPECTO PSICOLÓGICO	74
PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA APOSENTADORIA APRESENTADA POR UM GRUPO DE IDOSAS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	74

SERVIÇO SOCIAL

A ACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO NO ENSINO SUPERIOR	75
FAMÍLIA ACOLHEDORA: UMA POSSIBILIDADE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR	76
INSERÇÃO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE EDUCACIONAL PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	76
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR ESPECIAL EM MONTES CLAROS - MG	77
O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	77
PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS (ES) REGULARES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDA/H NA ESCOLA PÚBLICA	78
PROMOÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL: UM ESTUDO COM OS IDOSOS DE UMA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG	78
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	79

DIREITO**A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COMO FUNDAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

Charlton Pires da Costa
Welberte Ferreira de Araújo

RESUMO

Objetivo: Analisar o instituto da prisão preventiva e a viabilidade da sua aplicação nos casos concretos a fim de que se possa assegurar a garantia da ordem pública, analisando a questão da decretação da prisão preventiva e seus requisitos conforme consta no artigo 312, caput, do Código de Processo Penal, dando ênfase à garantia da ordem pública como questão para tal decretação de prisão. Tem-se em vista, para isso, o viés do princípio constitucional da presunção de inocência, que encontra amparo legal no artigo 5º inciso LVII, da Constituição Federal de 1988 e também o fato do clamor social, o que torna o assunto um tanto quanto polêmico, dividindo, assim, opiniões de ilustres doutrinadores do meio jurídico. **Materiais e Métodos:** Este estudo foi elaborado através de revisão bibliográfica, usando como meios, doutrinas, legislações, jurisprudências e artigos científicos. O lapso temporal se deu dos últimos 5 anos, sendo assim compreendidos de 2013 a 2017, quando foram colhidos dados e buscado desenvolver debates para a conclusão do estudo. **Resultados:** Foram inúmeros posicionamentos acerca do assunto, divergências que, ao fim, contribuíram ricamente na elaboração do presente estudo. **Conclusão:** Ao final, percebemos a não pacificação do assunto pelos tribunais superiores, o que demanda muita atenção quando da decisão de manter um indivíduo preso sem antes de condenação definitiva.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Presunção de Inocência. Garantia da Ordem Pública.

AÇÃO CONTROLADA NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: A AUSÊNCIA PRÉVIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL VIOLA O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE?

Anderson Marques Versiani
Welberte Ferreira de Araújo

RESUMO

Objetivo: Avaliar a legalidade e a efetividade da ação controlada nos crimes cometidos pela organização criminosa, consoante à lei 12.850/2013. Para tanto, essa ação controlada só será viável, se houver superado a questão da autorização judicial, em saber se ela é imprescindível ou não. Analisar, pois, essa questão, se viola ou não o princípio da legalidade. **Materiais e Métodos:** Para o alcance dos objetivos propostos pelo estudo, optou-se pelo método da revisão de literatura, pois essa modalidade possibilita a reunião de informações e discussões acerca do assunto escolhido. Destarte, serão abordadas teorias dos doutrinadores clássicos, bem como legislações específicas pertinentes ao tema e que elucidem o objeto de estudo proposto na pesquisa. Assim sendo, foi realizada pesquisa eletrônica nas bases de dados, tais como Scielo, Google Acadêmico, Portal Periódicos; como também em outros sites, sendo eles, Portal da Legislação – Planalto, Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Doutrinas de Legislações Especiais. **Resultados:** Ficou constatado que a

ausência prévia da autorização judicial para a prática da ação controlada não viola o princípio da legalidade, pois a Lei nº 12.850/2013 não trouxe de forma expressa tal exigência.

Conclusão: A partir disso, o que pode ocorrer é a mitigação do princípio da legalidade, pois a intervenção policial não dispõe do direito de punir do Estado, apenas o de postergar para um momento mais eficaz e, portanto, a ação controlada contra as organizações criminosas não viola esse princípio.

Palavras-chave: Organização Criminosa. Ação controlada. Autorização Judicial. Princípio da Legalidade.

AUTOS DE RESISTÊNCIA E A CONDENAÇÃO DO BRASIL PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO DA FAVELA NOVA BRASÍLIA

RESUMO

William Brito de Souza
Janaína Silveira Castro Bickel

Objetivo: Realizar um estudo da sentença sofrida pelo Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da favela Nova Brasília e sua relação com os Autos de resistência.

Materiais e Métodos: Foram utilizados dados atuais que fazem o balanço anual da violência nacional, além de livros, doutrinas de cunho antropológico, social e jurídico e tratados internacionais. Usou-se o método dedutivo com procedimentos técnicos embasados em análise bibliográfica. **Resultados:** No Brasil, existe uma violência estrutural que atinge a maioria da população pobre, negra e favelada. **Conclusão:** A violência cometida por parte das instituições estatais em suas diversas formas, seja através da polícia ou de todo o sistema Judiciário, é uma forma de o Estado se beneficiar, a fim de excluir ainda mais os indesejáveis, mostrando como esses são violentados de diversas formas, através do descaso ou até mesmo do cerceamento da vida. Há a necessidade de reformas estruturais em nossa sociedade que atendam aos anseios da comunidade internacional.

Palavras-chave: Autos de resistência. Corte Interamericana. Nova Brasília.

A OBTENÇÃO E A COLETA DE PROVAS NOS CRIMES DIGITAIS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Wagner Barbosa Santos
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: Com o processo de globalização, a internet se expandiu de forma rápida e abrangente, proporcionando o surgimento de crimes, praticados através dos computadores, cada vez mais específicos e ardilosos. Assim sendo, foi necessário que a legislação brasileira se adequasse para impedir a prática desses crimes ou, ainda, quando praticados, pudessem ser devidamente punidos. O presente artigo objetiva analisar os meios de provas previstos no Código de Processo Penal, para investigar e punir os criminosos, quando praticados os crimes

cibernéticos. **Materiais e Métodos:** A metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa foi o método dedutivo com abordagem exploratória mediante pesquisa bibliográfica e documental **Resultados:** Duas novas legislações foram criadas para regulamentar esses tipos de delitos, já que a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Penal e o Código Penal não tutelaram especificamente essas situações. **Conclusão:** Ao final da pesquisa, foi possível observar o quão difícil é investigar e punir os criminosos, uma vez que existe a dificuldade de coletar provas suficientes à punição dos delinquentes e, ainda, faltam recursos para que esses crimes sejam investigados.

Palavras-chave: Direito. Internet. Crimes Digitais. Provas.

A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DO BRASIL

Victor Emanuel Rocha Araújo
Gisele de Cássia Gusmão

RESUMO

Objetivo: O presente artigo visa analisar a eficácia da atual lei de licitações na sua prática e comparada com o projeto de lei nº 559/2013 para que haja uma mudança e uma melhor proteção jurídica para o dinheiro público. A lei de licitações dispõe sobre seu objeto principal, tudo aquilo que a Administração deseja contratar, a exemplo de serviços, compras, obras, identificando possíveis omissões na lei que possam possibilitar a prática de atos ilícitos contribuindo com a amplitude da corrupção no Brasil. **Materiais e Métodos:** Foi feita a revisão de literatura, esta possibilita a união de informações e discussões teóricas que são de suma importância para alcançar os objetivos da temática, utilizando o método hipotético dedutivo, porque, existe um conhecimento prévio sobre o assunto que tem um problema e a partir daí surge à necessidade de uma busca por solução, recorrendo aos materiais científicos, documentos e doutrinas que foram indispensáveis para o desenvolvimento do artigo científico. Tais materiais foram extraídos da base de dados das bibliotecas locais, virtuais e sites governamentais. **Resultados:** Os resultados levam para uma real necessidade de uma mudança legal, como forma de proteção para o bem público e uma penalização mais eficaz para os que têm o intuito de fraudarem a lei em questão. **Conclusão:** Concluiu-se que existe necessidade em evoluir e atualizar a legislação, com a aprovação da nova lei, o Projeto de Lei 559/2013. Assim, a aplicabilidade fática da lei seria mais justa e punitiva evitando um crescente de atos corruptos relacionados com as licitações.

Palavras-chave: Lei de Licitações. Eficácia. Corrupção. Administração Pública.

ABANDONO AFETIVO: PASSÍVEL OU NÃO DE INDENIZAÇÃO?

Stella Mara César Leite Souza
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivo: Avaliar a dificuldade do Estado na prevenção ao abandono afetivo perante a incapacidade legislativa em promover efetivamente a presença paterna na vida dos filhos e a efetividade da indenização pecuniária como um método compensatório ao sofrimento dos filhos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa consistiu em revisão bibliográfica por meio da busca de textos científicos que abordam a temática, bem como de legislações, jurisprudências e doutrinas. É um estudo, cuja metodologia é dedutiva e qualitativa. **Resultados:** O abandono afetivo não se dá por não amar, mas sim, por não cuidar. Afeto não é, necessariamente, amor. Afeto é cuidado, zelo, proteção, participação e presença ativa e frequente na vida dos filhos. **Conclusão:** É certo que não há como obrigar alguém a amar, com base somente no elo biológico, mas cuidar não é, e nem deveria ser tratado como uma opção, a concepção gera responsabilidades. É obrigação de quem concebeu, criar e educar efetivamente seu filho.

Palavras-chave: Direito de Família. Abandono Afetivo. Abandono Afetivo Paterno. Prevenção do Abandono Afetivo. Paternidade Responsável.

ABANDONO AFETIVO INVERSO: O AFETO COMO INSTITUTO JURÍDICO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS

Stefanie Moreira Fernandes de França
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivos: Estudar as legislações brasileiras que tratam da garantia dos direitos dos idosos, em especial aquelas que buscam o seu bem-estar social e vida por meio do entendimento acerca do abandono afetivo inverso, verificando a existência de políticas públicas sobre a questão. **Materiais e Métodos:** Para a obtenção dos objetivos apresentados, utilizou-se o método de revisão de literatura, visando à leitura, análise e interpretação de autores sobre o assunto, proporcionando o acesso a opiniões distintas e diversas. Usaram-se para a abordagem do tema, doutrinas, jurisprudências e artigos científicos. Também se realizaram pesquisas virtuais na base de dados de diversos sites. **Resultados:** Com o aumento da população idosa do Brasil, nas últimas décadas, tornou-se necessário garantir maior atenção a essa geração, uma vez que houve também um crescimento no número dos casos de agressão e abandono. Por essa razão, observa-se a relevância da presente pesquisa. O abandono afetivo inverso ocorre quando os filhos, já maiores, desamparam os pais idosos, não apenas financeira, mas também sentimentalmente, omitindo ou negando a estes amor carinho e afeto. **Conclusão:** Nessas circunstâncias, há um ilícito civil, uma vez que existem diversas legislações que visam assegurar o bem-estar da terceira idade como a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica de Assistência Social e alguns artigos da Constituição Federal do Brasil. Diante desse contexto, há também um desrespeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, haja vista que existe o dever de cuidar.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo. Afeto. Idoso. Princípios Constitucionais.

A CRISE DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO REGIME SEMIABERTO

Rodrigo Ferreira Oliveira

Edilberto Nicanor Ferreira

RESUMO

Introdução: O sistema prisional adotado no Brasil é o progressivo, permitindo, assim, que os condenados possam progredir de regime. Um dos regimes é o semiaberto, objeto de estudo do presente trabalho. Tal regime vem sendo alvo de críticas, pois não tem atendido a seu objetivo de forma eficiente. No semiaberto, não há vagas disponíveis para atender à demanda, havendo uma divergência entre a legislação e a realidade. Dessa forma, na falta de vaga em estabelecimento adequado, o condenado não cumprirá sua pena conforme as regras do semiaberto. **Objetivo:** Analisar o regime semiaberto, bem como as divergências existentes entre a legislação e a sua aplicação no contexto atual da Execução Penal no país. **Materiais e Métodos:** Revisão bibliográfica, utilizando as bases de dados Scielo, Google Acadêmico e sites governamentais, conforme critérios definidos. **Resultados:** Verificou-se que o condenado não pode permanecer em regime mais gravoso do que é definido em sua pena, sendo este o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que já publicou algumas decisões acerca do tema. **Conclusão:** Conclui-se, que em decorrência à crise no sistema penitenciário, o processo de ressocialização do condenado no regime semiaberto é prejudicado, não atendendo de maneira satisfatória à finalidade do regime, devido à ineficiência do Estado em oferecer vagas nessa modalidade.

Palavras-chave: Execução Penal. Regimes Penitenciários. Semiaberto. Superlotação.

A VALIDADE DOS BENEFÍCIOS ESTENDIDOS AO COLABORADOR PREMIADO: ESTUDO DE CASO DOS IRMÃOS JOESLEY E WESLEY BATISTA

Ramon Davidson Lopes Ferreira
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Identificar a validade dos benefícios estendidos aos colaboradores premiados Wesley e Joesley Batista. A Colaboração Premiada exerce uma função peculiar no combate ao crime organizado. **Materiais e Métodos:** O método utilizado foi revisão literária, com base científica consolidada na legislação brasileira, análise de artigos científicos e doutrinas. Tais materiais foram extraídos de base de dados virtuais: sites governamentais, jornais, revistas, artigos científicos e bibliotecas locais. **Resultados:** As discussões doutrinárias sobre o tema seguem se sustentando como uma afronta à valorização da ética e moral no sistema investigativo, porém a colaboração é uma oportunidade que o sistema judiciário dispõe para a desarticulação das organizações criminosas a partir de uma colaboração voluntária de um ou mais membros, oportunizando a eles um acordo, que tem como “prêmio” alguns benefícios legais instituídos pela Lei. **Conclusão:** A partir dos depoimentos colhidos na colaboração, é feita uma análise do que pode ser aproveitado como meios de prova. Observa-se o pleno exercício do Estado Democrático de Direito em nossa pátria no que tange à contribuição das colaborações premiadas para o dismantelamento das organizações criminosas que ameaçam a democracia republicana.

Palavras-chave: Colaboração Premiada. Organizações Criminosas. Meios de Prova.

A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Pablo Diego Soares Silva
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Introdução: O instituto da Colaboração premiada, comumente conhecida no Brasil como Delação Premiada, viu seu alcance e efetividade aumentar na seara do Direito Penal Brasileiro pelo atual cenário Político encarado pela sociedade. **Objetivo:** Nesse sentido, a pesquisa objetiva verificar a Delação Premiada no Direito Penal Brasileiro, analisando todos os aspectos legais para a aplicação de tal instituto, sua constitucionalidade e eficácia na dissolução de organizações criminosas, bem como na solução de crimes. **Materiais e Métodos:** Utilizou-se um estudo aplicado através de Revisão Literária, buscando nas obras de consagrados doutrinadores e publicações científicas, conteúdo científico capaz de elucidar o ainda pouco conhecido instituto da Delação Premiada. **Resultados:** Tal instituto ainda encontra alguns questionamentos por parte principalmente da doutrina, sobre sua eticidade e seu caráter despenalizador, o que gera discussões interessantes a serem apresentadas no presente estudo. **Conclusão:** Tal instituto vem como possível solução à prática de crimes, cada vez mais bem articulados e complexos, praticados por organizações criminosas que desafiam o sistema Judiciário do país. Positivada em diversos diplomas legais, a Delação Premiada não é novidade no Direito Penal Brasileiro, bem como no Direito Internacional, em que em outros países também foi a solução encontrada por seus legisladores para conseguir dismantelar organizações criminosas.

Palavras-chave: Delação Premiada. Colaboração Premiada. Crime Organizado.

ATUAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

Maycon Rezende Silva
Vanessa Cláudia Sousa Oliveira

RESUMO

Objetivo: Demonstrar a participação dos adolescentes delinquentes nos mais variados delitos no município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, nos anos de 2015 e 2016, seja na qualidade de autores, coautores ou partícipes na incidência criminal. **Materiais e Métodos:** Realizou-se pesquisa exploratória, através dos dados estatísticos relatados, das legislações analisadas e ainda dos artigos científicos citados, construindo o trabalho de forma que se concluíram os objetivos do artigo. **Resultados:** O envolvimento de adolescentes na prática de delitos em Montes Claros nos referidos anos foi representado através de gráfico e tabelas, as quais demonstram a atuação e envolvimento de autores e coautores na faixa etária entre 16 e 18 anos incompletos nos mais variados tipos de delitos, havendo participação desde os delitos mais leves, como furto, até em delitos denominados hediondos, como homicídio doloso. **Conclusão:** Ao relatar a ineficácia das medidas socioeducativas, o estudo observou também tratar-se de dever da sociedade, da família e do Estado a garantia dos direitos fundamentais

dos adolescentes. Demonstrou também que, falhando uma dessas instituições, em questão a do Estado, as demais ficam impossibilitadas de concretizar seu dever, contribuindo, assim, para diversos problemas sociais, como exemplo a crescente delinquência juvenil.

Palavras-chave: Adolescentes infratores. Maioridade penal. Medidas socioeducativas. Criminalidade. Direito.

A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: COM O FOCO NO “DIREITO DOS ANIMAIS”

Martha Alves Nascimento
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira

RESUMO

Objetivo: Demonstrar a necessidade de um tratamento específico para os animais perante a legislação brasileira, uma análise com ênfase nos animais, bem como, os aspectos que os caracterizam como seres vivos dotados de sensibilidade. Dessa maneira, tem como desígnio afastar a firmeza na definição de objeto que os animais ainda recebem no ordenamento jurídico pátrio, comparando com legislações de outros países que não os tratam mais assim.

Materiais e Métodos: Foi realizada uma pesquisa com procedimentos bibliográficos, exploratória de natureza qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos, e as leis vigentes em outros países e também as do Brasil. **Resultados:** Foi possível concluir o quanto a lacuna legislativa brasileira acerca dos animais é extensa, que a abrangência do Direito Ambiental é extremamente restrita no que diz respeito ao Direito dos Animais. **Conclusão:** É perceptível a carência legislativa e o desamparo legal aos animais no ordenamento jurídico brasileiro, que pode ser atrelado ao desinteresse sobre o assunto nutrido pela maioria das autoridades legislativas.

Palavras-chave: Direito dos animais, Direito Ambiental, Ampliação do ramo.

A EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

Maria Gabriela Gomes Freire
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Analisar a efetividade das instituições policiais brasileiras em nível estadual e verificar a viabilidade de se implantar no Brasil uma Polícia de Ciclo Completo a qual tem por visão aumentar a eficiência dessas instituições. O Brasil é um dos poucos países democráticos do mundo que adota ainda um modelo policial fragmentado. **Materiais e Métodos:** Assim, diante das poucas discussões e estudos principalmente em centros universitários acerca deste tema, este artigo foi desenvolvido através de revisões bibliográficas de que se pôde extrair importante conteúdo para seu desenvolvimento.

Resultados: Primeiramente, foi trabalhado o contexto histórico das instituições policiais brasileiras, sendo abordado seu fundamento legal, bem como as críticas direcionadas a este modelo. Após, foi abordado o Ciclo completo de Polícia, verificando seu contexto histórico, suas concepções e modalidades. Por fim, verificados os possíveis caminhos para sua implantação. **Conclusão:** A melhor modalidade a ser implantada será aquela na qual continuarão a existir as atuais instituições policiais (Polícia Civil e Polícia Militar), entretanto, a Polícia Militar passaria a entregar diretamente ao poder judiciário todas as ocorrências de flagrante delito, sem a necessidade de passar pela Polícia Civil. Tal procedimento desoneraria a Polícia Civil, pois esta se tornaria responsável por atuar somente em crimes de autoria desconhecida, elevando a taxa de elucidação de crimes, evitando a impunidade.

Palavras-chave: Ciclo completo de polícia. Instituições de segurança pública. Modelo policial brasileiro.

A UTILIZAÇÃO DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL

Marcus Vinicius Ferreira Rodrigues
Tatiane Santos Neves

RESUMO

Objetivo: Analisar o instituto da prova ilícita e sua aplicação no âmbito processual penal. Diante disto, o trabalho trata da evolução histórica das provas, das teorias criadas e a adotada atualmente, do conceito das provas, da análise do que são as provas ilícitas, as distinções pacificadas sobre as prova ilícitas e ilegítimas e o conflito entre a aceitação do uso destas provas e a Constituição Federal. **Resultados:** Por fim, foi elucidado sobre as excludentes de ilicitude das provas e as duas grandes correntes doutrinárias que versam sobre a admissibilidade destas, a prova ilícita por derivação, que possui como base a chamada “teoria dos frutos da árvore envenenada”, sendo esta adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro através da lei 11.690/08, e a teoria de aceitação do uso desta prova “*pro réu*”, em favor do acusado. **Método e Materiais:** Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, sendo analisado conforme sua natureza aplicada, objetivando uma aplicação prática e exemplificada do tema, bem como o modo de pesquisa foi o explicativo. **Conclusão:** Conclui-se que a utilização de provas ilícitas é plenamente possível, não apenas nos casos elencadas em lei, mas também em favor do réu ou da sociedade, utilizando como parâmetro o princípio da proporcionalidade, bem como foi possível analisar a aplicação deste instituto no instrumento da delação premiada.

Palavras Chaves: Admissibilidade. Processo Penal. Provas Ilícitas.

A PSICOPATIA NO CONTEXTO PENAL E PSICOSSOCIAL BRASILEIRO

Laís de Lima Campos Souza Melo
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Trazer uma abordagem jurídica e penal ao problema, buscando analisar, com precisão, a imputabilidade/inimputabilidade do psicopata, bem como as medidas de segurança e sua aplicabilidade ou a falta desta. Pretende analisar ainda a eficácia/ineficácia da aplicação do instituto da ressociação a esses indivíduos. **Materiais e Métodos:** Estudo de caráter descritivo sistemático, aplicando-se a revisão/pesquisa bibliográfica, através de uma abordagem dialética qualitativa de procedimento observacional, natureza aplicada e objetivo exploratório explicativo. Serão realizadas pesquisas eletrônicas em base de dados, bem como a revisão e abordagem de obras literárias de caráter científico. A pesquisa será realizada dentre os meses agosto de 2017 e junho de 2018. **Resultados:** Foram encontrados apontamentos quanto à imputabilidade, semi-imputabilidade, inimputabilidade e as causas e consequência de sua aplicação aos portadores de Transtorno de Personalidade Antissocial. **Conclusão:** O presente estudo trouxe ao problema uma nova alternativa de resolução, observando-se a ineficácia dos atuais tratamentos e dispositivos legais.

Palavras-chave: Psicopatia. Criminologia. Transtorno de Personalidade Antissocial.

A COOPERAÇÃO DOS ENTES SOCIAIS NA INCLUSÃO DOS APENADOS

João Victor Argôlo Dos Santos
José Normando Gonçalves Meira

RESUMO

Objetivo: Este artigo discute o projeto “Para além das prisões”, voltado à reintegração socioeconômica de pessoas privadas de liberdade da cidade de Montes Claros-MG, analisando a importância da cooperação dos entes sociais para que o referido projeto seja concretizado. **Resultados:** Com a situação atual dos presídios no Brasil, estes servem muito mais para influenciar negativamente o preso do que para proporcionar condições para sua harmônica integração social à sociedade, conforme prescreve a Lei de Execução Penal (LEP). **Materias e Métodos:** O texto adota como metodologia a revisão bibliográfica, utilizando-se de textos oficiais do Governo e científicos, através do *Scielo* e Google Acadêmico, tomando como referenciais teóricos Michel Foucault, Júlio Fabbrini Mirabete, Guilherme de Souza Nucci, dentre outros autores. Além disso, foi realizada pesquisa documental, tomando por base as fontes fornecidas pelo projeto que embasa o presente estudo. **Conclusão:** Diante de tal realidade, os órgãos públicos e a iniciativa privada da cidade de Montes Claros-MG, formaram uma parceria para cumprir o objetivo da citada Lei, criando um projeto singular e inovador, que, ao invés da simples punição, visa a reintegrar o indivíduo à sociedade através de oficinas e principalmente do trabalho, por meio da cooperação dos colaboradores envolvidos.

Palavras-chave: Inclusão socioeconômica. Privação de liberdade. Trabalho para apenados.

A PSICOGRAFIA COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Jaqueline Costa Almeida
Rosely da Silva Efraim

RESUMO

Objetivo: Averiguar o uso da carta psicografada no Processo Penal Brasileiro, analisando a sua (in)admissibilidade, visto que já ocorreram casos concretos em que esta foi admitida no Brasil. **Materiais e Métodos:** Para isso, foram analisados os meios de provas admitidos pelo Processo Penal Brasileiro, bem como alguns princípios, e também alguns casos em que a carta psicografada foi admitida como meio de prova, assim que constatada a sua autenticidade através da perícia grafotécnica. Para a elaboração do artigo, utilizaram-se as pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva, com a utilização de doutrina, artigos científicos, legislação e julgados pertinentes ao tema. **Resultados:** Foi possível inferir que a carta psicografada pode ser aceita como meio de prova no Processo Penal Brasileiro, visto que, mesmo o Brasil sendo um estado laico, não tendo uma religião oficial, a carta psicografada não pode ser considerada apenas de cunho religioso, uma vez que possui aspecto tanto científico, como filosófico e religioso. Essa admissão é possível com base nos princípios e meios de provas abordados no artigo, sobretudo, porque pode ser considerada uma prova documental, meio de prova admitido no ordenamento jurídico brasileiro, sendo submetida à perícia grafotécnica para comprovar a autenticidade, antes de sua utilização. **Conclusão:** Assim, é fundamental que seja firmado um entendimento pela admissibilidade desse meio de prova, para que torne possível a utilização desta pelo magistrado de forma oficial, para que, assim, ela venha a ser introduzida em consonância com as demais provas utilizadas no processo.

Palavras-chaves: Provas. Cartas psicografadas. (In) admissibilidade. Processo Penal brasileiro.

ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE FRENTE À LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PODER EXECUTIVO E A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL

Isabela Nogueira Fonseca Costa.
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira.

RESUMO

Objetivo: Analisar a atuação do Poder Judiciário como meio de efetivação ao direito à saúde, em razão dos limites orçamentários que dificultam a atuação do Poder Executivo. **Materiais e Métodos:** Utilizou-se o método de revisão de literatura por meio de levantamento bibliográfico da doutrina, artigos publicados, jurisprudência e em atenção à legislação vigente, por meio de abordagem qualitativa, utilizando-se predominantemente de aspectos teóricos e legais acerca do assunto abordado, sempre sob o viés constitucional. **Resultados:** O direito social à saúde é assegurado pela Constituição Federal de 1988, contudo, verifica-se que grande parcela da sociedade brasileira não possui acesso à concretização de tal direito, o qual se encontra intimamente ligado aos direitos à vida e à dignidade da pessoa humana. Ao justificar a ineficácia na prestação do direito à saúde de modo universal e igualitário, o Poder Executivo fundamenta-se nos limites orçamentários e ampara-se na teoria da reserva do possível. Ocorre que, diante de tal inoperância, aqueles que não alcançam a efetividade do direito à saúde buscam, cada vez mais, o Poder Judiciário a fim de que esse, na análise do caso concreto, determine ao Poder Executivo a efetivação desse direito. **Conclusão:** Verificou-se a legitimidade da busca dos cidadãos ao Poder Judiciário para a efetivação do direito à saúde, contudo, é necessário que os magistrados e Tribunais decidam com cautela e

avancem nas políticas judiciárias de saúde, em razão de outras obrigações inerentes ao Poder Executivo e seu limite de orçamento.

Palavras-chave: Direitos sociais. Ineficácia. Judicialização. Saúde.

A PRÁTICA DA PIRATARIA E O CONSENTIMENTO DA SOCIEDADE: O CASO DO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA

Hugo Guilherme Medeiros de Menezes
Gisele de Cássia Gusmão

RESUMO

Objetivo: Tratar sobre a pirataria e a sua repercussão criminal e social, tendo em vista os bens jurídicos tutelados, quais sejam os direitos autorais. **Resultados:** Ainda que o Estado não aceite a prática criminosa, o município de Montes Claros (MG) possui e regula o Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, local de comercialização de produtos, dentre eles, aqueles com características da violação dos direitos autorais. Porquanto, é objeto deste estudo verificar a ilegalidade consentida do crime de pirataria que ocorre dentro das dependências do Shopping Popular, à luz das legislações que o instituem. **Método e Materiais:** O presente artigo versa sobre uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, a partir da análise de legislações vigentes, assim como doutrinas e elementos científicos que foram de valor essencial para o desenvolvimento e compreensão do presente estudo. **Conclusão:** Diante disso, concluiu-se que, caso a sociedade montes-clarense não reconhecesse como criminosa a prática da pirataria nas dependências do shopping popular, torna-se necessário a aplicação do princípio da adequação social para configurar a atipicidade da conduta.

Palavras-chave: Pirataria. Ilegalidade. Consentimento social. Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

Harlen Pereira da Silva
Vanessa Cláudia Sousa Oliveira

RESUMO

Objetivo: Compreender que os presos do RDD possuem requisitos próprios que visam a um maior tempo de isolamento, sendo assim, necessita de atendimento individualizado para conhecer a situação e motivos que levaram ao cumprimento da pena neste regime, possibilitando verificar e constatar situações que necessitam, por exemplo, de tratamento médico. E, então, verificar a possível violação no processo de ressocialização que o Estado oferece, para que todos os presos tenham oportunidades iguais, sem distinção do regime no qual o preso cumpre a pena. **Materiais e Métodos:** O presente artigo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, fazendo uso de artigos científicos, revisão de literatura, doutrinas e jurisprudências que embasaram a pesquisa. **Resultados:** As dificuldades encontradas para atingir a integração social citada no artigo 1º da LEP, e as ideias convergentes relacionadas ao artigo 52 da mesma lei. **Conclusão:** Ao isolar um preso no RDD, não oferecendo um

atendimento individualizado voltado à ressocialização, sem oportunidades, poderá causar um problema futuro ainda maior e, conseqüentemente não atingindo seu objetivo que é a integração social.

Palavras-chave: Integração social. Regime disciplinar diferenciado (RDD). Ressocialização de presos.

ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* 124.306

Hanselmo Lopes Fiais
Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Discutir a ponderação dos aspectos sociais e de saúde da criminalização do aborto pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do *Habeas Corpus* 124.306. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo as principais fontes doutrinas, artigos de periódicos, e as legislações pertinentes à matéria. **Resultados:** Neste julgamento, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, ponderando aspectos sociais e de saúde, apontou a necessidade de se conferir interpretação conforme a Constituição aos crimes dos artigos 124 a 126 do Código Penal – que tipificam os crimes de aborto – para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção voluntária da gestação efetivada no primeiro trimestre. Percebe-se que esses aspectos referenciados são mostrados como uns dos principais problemas pois, a consideração do aborto provocado como, crime, levam essas pessoas a procurarem métodos não recomendados, como por exemplo, a procura de clínicas clandestinas, desprovidas de um atendimento especializado, causando em muitos casos, a morte destas. **Conclusão:** Neste sentido, através do estudo, conclui-se que o Estado, provedor das políticas públicas, tem a responsabilidade em zelar pela vida das mulheres, evitar que morram vítimas da negação de um direito que lhes é assegurado como “direito de todos e dever do estado”.

Palavras-chave: Aborto. Crimes. Supremo Tribunal Federal. *Habeas corpus* 124.306.

APOSENTADORIA RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS PROBATÓRIOS DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR RURAL

Gersyanne Cardoso Lima
Jéssica Albuquerque V. Oliveira

RESUMO

Objetivo: Apresentar alguns aspectos relacionados à dificuldade encontrada por trabalhadores rurais para fazer prova de sua condição e obter o benefício de aposentadoria rural enquanto segurados especiais. Este estudo será correlacionado ao princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana e a orientação Constitucional pela Seguridade Social. Será abordado o instituto segurado especial, suas características e discussões. A legislação previdenciária será

abordada em pontos específicos, a fim de uma maior compreensão do tema. No âmbito jurídico, o assunto tem levantado discussões visto que, muito embora a legislação seja ampla e abrangente, via de regra, existe uma grande dificuldade de auferir esse benefício por via administrativa. **Materiais e Métodos:** Baseou-se em apontamentos doutrinários, conceituais, normativos, jurisprudenciais, além de artigos publicados em livros e revistas. **Resultados:** Foi possível apresentar o desenvolvimento da Previdência Social no Brasil e o surgimento do segurado especial. Possibilitou ainda uma análise do instituto - Provas - no âmbito do direito processual civil e sua aplicação ampla que favorece sua produção na esfera administrativa ou judicial. Observou-se a legislação Previdenciária que se mostra ampla e generosa. **Conclusão:** Conclui-se que o Estado, enquanto titular do dever de prestar assistência aos cidadãos de buscar meios de organizar a aplicação dos benefícios previdenciários e promover ações que solucionem os problemas encontrados, não pode afastar-se das normas estabelecidas, ao contrário, deve observar a realidade dos indivíduos a elas submetidos e todas as normas aplicáveis ao caso concreto.

Palavras-chave: Previdenciário. Segurado especial. Provas.

A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL E OS REFLEXOS NA NÃORESSOCIALIZAÇÃO

Edilson Leal Santana
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Identificar a atual crise do sistema prisional em face da superlotação dos estabelecimentos prisionais, o desrespeito da dignidade da pessoa humana dos detentos e/ou presos, infringindo, assim, os princípios constitucionais e acarretando negativamente no âmbito social no país. É de notório conhecimento que os cidadãos apenados em qualquer modalidade de delito têm a expectativa de retornar ao convívio social e serem aceitos na forma dos princípios que norteiam a pessoa humana. No capítulo I, tratar-se-á do cumprimento da Lei de Execução Penal nº 7.210/84, na visão humanitária e jurídica. No capítulo II, tratar-se-á dos impactos da reincidência dos presos, e reflexos na diminuição da segurança subjetiva do cidadão. No capítulo III, tratar-se-á de examinar dados gráficos do Conselho Nacional de Justiça sobre os estabelecimentos prisionais. **Materiais e Métodos:** O método utilizado foi a revisão de literatura, a partir dos doutrinadores, revistas, artigos científicos, bases de dados de sites virtuais, biblioteca local e dos pressupostos legais vigentes, aprofundando no respectivo tema. **Resultados:** Diante da crise do sistema prisional, a superlotação carcerária causa a nãoressocialização dos presos e a diminuição da segurança subjetiva da sociedade ordeira. **Conclusão:** O desvio da efetiva finalidade das penas em face à protelação dos juízes e à ineficácia do Estado em seu poder de punir, que impede o caráter ressocializador da execução penal.

Palavras-chaves: Crise Prisional. Lei. Princípios. Pena. Ressocialização.

A MENSURAÇÃO DO DANO MORAL NA ÓTICA DA REFORMA TRABALHISTA

Deyziane Maria Silva

Edilberto Nicanor Ferreira

RESUMO

Objetivo: Analisar a inserção do Título II-A na CLT, que versa sobre a mensuração do dano extrapatrimonial e os aspectos desta inovação. **Materiais e Métodos:** Pesquisa de caráter teórico, qualitativo, exploratória, bibliográfica e de método indutivo. **Resultados:** Verificou-se que a existência de dois posicionamentos, um que alega a inconstitucionalidade da tarifação dos danos morais, por ferir o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade e outro que aduz a necessidade de leis mais objetivas e cessação do enriquecimento sem causa. **Conclusão:** Conclui-se que a reforma trabalhista pecou ao taxar os critérios de fixação do *quantum* indenizatório, pois além de infringir o princípio da dignidade humana, a regra prevista pelo art. 944 do Código Civil de 2002, que prevê que a indenização mede-se pela extensão do dano, transgrediu, ainda, o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988 que veda expressamente a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Isso faz com que o Título II-A da CLT possua status de norma inconstitucional.

Palavras-chave: Dano moral. Mensuração. Lei 13.467/17. Sistema tarifário.

AÇÕES REGRESSIVAS PREVIDENCIÁRIAS: ACIDENTE DE TRÂNSITO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Caroline Rosefranklin Mendes Santos
Cristiano Barbosa

RESUMO

Objetivo: Estudar o instituto das ações regressivas específicas. Os específicos foram: identificar se há ou não inconstitucionalidade dessas ações e divergir sobre a ausência de previsão legal. **Materiais e Métodos:** Foi utilizada a metodologia pautada pela pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica de revisão de literatura. **Resultados:** Os resultados apontam para divergência do entendimento doutrinário normativo quanto à possibilidade de o Estado agir em ações regressivas. **Conclusão:** Conclui-se que as novas ações regressivas são Constitucionais e, portanto, necessitam de um posicionamento jurídico para dirimir as divergências que ainda existem sobre sua inconstitucionalidade.

Palavras-chave: Ação regressiva. Acidente de trânsito. Maria da Penha.

A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO INQUÉRITO POLICIAL E A OBSERVÂNCIA DA MATRIZ CONSTITUCIONAL ACUSATÓRIA

Bruna Istefani de Souza e Silva
Érika Daniella Rodrigues Oliveira Rabelo

RESUMO

Objetivo: Analisar o sistema processual penal adotado no ordenamento jurídico brasileiro, bem como discutir os aspectos legais e constitucionais da produção probatória do juiz, de ofício, no inquérito policial. **Materias e Métodos:** O desenvolvimento deste trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, através de doutrinas, legislação, artigos, periódicos, teses, dissertações e revistas eletrônicas. Os métodos e procedimentos são o histórico e o monográfico, já o método de abordagem é o dedutivo. **Resultado:** Existem vários posicionamentos doutrinários que defendem ou rechaçam a atuação proativa do magistrado no inquérito policial. Isso ocorre porque a CRFB/88, implicitamente adota uma matriz acusatória que pode ser vislumbrada por intermédio de seus princípios. Em contrapartida, o CPP brasileiro, datado de 1941, já segue uma linha de atuação jurisdicional mais inquisitória, sendo o juiz uma figura participativa do processo, que age impulsionado pela busca da verdade real. **Conclusão:** Verifica-se que o juiz criminal não deve extrapolar os limites impostos pela CRFB/88, atuando somente de forma excepcional, sob pena de macular todo o processo. Lado outro, em hipótese nenhuma deve desempenhar o papel de acusador, primeiramente porque é competência do Ministério Público e, em segundo plano, revestiria ainda mais o processo penal brasileiro de inquisitorialidade.

Palavras-chave: Inquérito policial. Sistema acusatório. Iniciativa probatória. Juiz.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINICIDÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR

Alisângela Dias de Sousa
Janaina Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Discorrer a respeito das implicações do instituto penal da reincidência no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, faz-se necessário compreender a evolução histórica da proteção infanto-juvenil, percorrendo, ainda, toda a legislação nacional e internacional, até se chegar a uma definição sobre o conceito e diferença entre crime e ato infracional. **Materiais e Métodos:** O desenvolvimento deste trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, através de doutrinas, legislação, artigos, periódicos, teses, dissertações e revistas eletrônicas. Os métodos e procedimentos são o histórico e o monográfico, já o método de abordagem é o dedutivo. **Resultado:** Os adolescentes se submetem a um regime jurídico diferenciado, em razão da sua condição de inimputabilidade, não se sujeitando à aplicação de penas, e sim, de medidas socioeducativas. Nesse sentido, o presente tema se faz pertinente e bem atual, dado o alto índice de prática de atos infracionais associados aos crescentes casos de delinquência juvenil, o que causa também o clamor popular, que exige do Estado medidas imediatas para sanar o problema, posto que a população tenha se sentido refém dos menores infratores, diante de sua constante impunidade. **Conclusão:** Verifica-se que a medida socioeducativa tem caráter punitivo, mas, ao mesmo tempo, educativo, com vistas à reinserção do indivíduo na sociedade.

Palavras-chave: Adolescentes. Reincidência. Ressocialização. Ato infracional. Crime.

A PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA NA GUARDA COMPARTILHADA

Alessandrina Alexandre Fonseca.
Dayane Ferreira Silva.

RESUMO

Objetivo: Analisar a aplicação da prestação alimentícia no instituto da guarda compartilhada. **Materiais e Métodos:** Foi empreendido através da metodologia qualitativa, mediante o método de revisão bibliográfica. **Resultados:** a Lei N.º 13.058 de 2014 instituiu a obrigatoriedade da guarda compartilhada, ressalvadas exceções, vindo, de modo inovador, buscar a proteção do interesse da criança e do adolescente, estabelecendo que o convívio destes será permeado por ambos os pais que exercerão o poder familiar. Destarte, a aplicação da guarda compartilhada não irá retirar do não guardião as obrigações a ele inerentes, inclusive a prestação alimentícia. Prestação que tem seu fundamento no Princípio da Dignidade Humana, que possui a natureza de direito de personalidade. Ocorrendo, todavia, a fixação do quantum pelo binômio da Necessidade X Possibilidade, que será orientado pelo Princípio da Proporcionalidade, conferindo-lhe equilíbrio. Logo, a conjunção dessas medidas é o que importará na fixação de valores, que deverão ser averiguados no caso em concreto. Por conseguinte, há que se ressaltar que a corresponsabilidade entre os pais, não exime da prestação alimentar, pois espera-se que a verificação das necessidades materiais, de forma presencial sirva de estímulo ao cumprimento da prestação alimentícia, quando esta for estipulada pelo Juiz. **Conclusão:** Assim, inequívoca é a ideia de que o instituto da Guarda Compartilhada extingue a obrigação da prestação alimentar, porque o instituto trata do poder familiar e, a vista disso, a responsabilidade parental não se esvazia com a ausência de um ou de ambos os pais sob o mesmo lar.

Palavras-chave: Guarda compartilhada. Prestação alimentar. Direito de Família. Obrigações.

A PRÁTICA DO *INSIDER TRADING* NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

João Paulo Silva
Gisele de Cássia Gusmão

RESUMO

Objetivo: Analisar a ocorrência de *insider trading* no mercado de capitais brasileiro procedendo a sua tipificação legal. Embora seja um instituto já conhecido no ordenamento jurídico brasileiro, somente nos últimos anos houve prisões tipificadas como *insider trading*, ou seja, transações efetuadas com base em informações privilegiadas. Citado pela primeira vez no Brasil na lei das S/A (Lei 6406/76), o crime de *insider trading* tem levado a prisão grandes executivos, bem como vem sendo a motivação para denúncias oferecidas pelo Ministério Público. Diante da recorrência dessa prática nos últimos anos, verificou-se o surgimento do chamado “direito penal econômico”, objetivando proteger, por meio de figuras delituosas, a liberdade do mercado de capitais. Ressalte-se que o uso das referidas informações privilegiadas deve-se dar no âmbito do mercado de capitais cujas ações são negociadas na BM&FBovespa. **Materiais e Métodos:** Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica a partir de materiais publicados em livros, periódicos, artigos, dissertações e teses, além de estudos detalhados pertinentes e materiais jornalísticos, bem como a base legal conferida pelo ordenamento jurídico brasileiro. **Resultados:** O presente trabalho verificou

que, analisando o contexto atual do *insider trading*, é plausível entender que os investidores e os órgãos regulamentadores não toleram tal conduta criminosa, buscando uma punição severa e legal dentro dos parâmetros jurídicos existentes no país. **Conclusão:** Conclui-se que é preciso continuar combatendo com vigor e afinco o *insider trading*, pois só assim os investidores terão segurança jurídica e confiança para continuar investindo no mercado de capitais, trazendo, um benefício para as empresas e a sociedade brasileira.

Palavras-chave: *Insider Trading*. Mercado de capitais. Informação Privilegiada.

A MULHER TRANSEXUAL COMO SUJEITO PASSIVO DO CRIME DE FEMINICÍDIO

Helen Christine Gonçalves de Souza
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: A lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e a lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) foram criadas com o escopo de dar maior proteção à mulher vítima de violência doméstica e instituem, no direito brasileiro, a proibição da violência de gênero. O presente artigo tem por finalidade realizar uma discussão sociojurídica acerca da possibilidade de a mulher transexual figurar como sujeito passivo no crime de Feminicídio, previsto no artigo 121, §§2º inc. VI e 2º-A, do Código Penal Brasileiro (CPB). **Materiais e Métodos:** Para o desenvolvimento do artigo foi utilizado o método de revisão de literatura, pois essa modalidade possibilita a reunião de informações e discussões sobre o assunto. **Resultados:** No caso específico da lei do Feminicídio, foco deste artigo, as hipóteses do crime estão bem definidas, no entanto, esta é omissa quanto à possibilidade de a mulher transexual figurar como sujeito passivo desse tipo penal. **Conclusão:** Em razão da omissão legislativa em relação às mulheres transexuais, nos dois dispositivos legais, faz-se necessário analisar essa possibilidade com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, bem como dos direitos da personalidade. Sobre o assunto há duas correntes doutrinárias diversas que apontam para direções diferentes, para além da esfera penal.

Palavras-chave: Feminicídio. Mulher transexual. Violência doméstica. Direitos Humanos.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL SOB A ÓPTICA DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

Arlindo Cardoso da Silva Filho.
Jessica Albuquerque Vieira Oliveira.

RESUMO

Objetivo: Avaliar sob a óptica dos princípios da segurança jurídica e da inafastabilidade da jurisdição, se o título da propriedade decorrente da usucapião extrajudicial pode ser contestado judicialmente. **Materiais e Métodos:** Foi adotada metodologia de natureza qualitativa, com característica explicativa, baseada em doutrinas, legislações, artigos

científicos e jurisprudências pertinentes ao tema. **Resultados:** Apurou-se que a usucapião é um importante instrumento de pacificação social voltado a para efetivação da dignidade humana. **Conclusão:** O procedimento extrajudicial apresenta-se de suma a relevância para efetivação dessa garantia, pois torna o procedimento mais célere, menos oneroso e menos burocrático que o realizado pela via judicial. Entretanto, para sua validade, devem ser observados todos os requisitos da usucapião pleiteada, bem como os procedimentos legais. Tal inovação é de suma relevância para a regularização da aquisição da propriedade usucapienda de forma simplificada, sem a necessidade de passar pelo trâmite judicial. No entanto, o dispositivo é omissivo no que diz respeito à contestação do título da propriedade adquirida através da usucapião extrajudicial.

Palavras-chave: Usucapião Extrajudicial. Princípio da segurança jurídica. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.

CONSEQUÊNCIAS SOCIOJURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE E DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Deborah Rodrigues Mendes
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: Analisar a paternidade socioafetiva e a multiparentalidade, identificando-as como meio hábeis de adequação do direito a uma nova realidade familiar, resguardando os princípios assegurados pela Constituição Federal de 1988 e ressaltando a preponderância do princípio da afetividade nas relações familiares, de modo a proporcionar um melhor desenvolvimento de crianças e adolescentes inseridos nessas novas realidades. **Materiais e Métodos:** Foi utilizada, como metodologia, a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** A multiparentalidade e a paternidade socioafetivas são novos institutos que existem na atualidade e estão representados na vida de inúmeras famílias no Brasil e no mundo. Objetivava-se identificar se o direito acompanha a transformação das relações sociais e como os tribunais pátrios têm decidido quando há conflito de interesses biológicos e socioafetivos no que concerne à filiação. **Conclusão:** O direito das famílias precisa atentar para essa nova realidade construída ao longo do tempo, almejando tutelar e resguardar esses novos direitos.

Palavras-chave: Paternidade Socioafetiva. Multiparentalidade. Princípio da Afetividade.

CONTRATO DE ESTÁGIO COMO MEIO FRAUDULENTO DE CONTRATO DE TRABALHO

Maria de Fátima Jaconetti Severiano.
Antônio Luiz Nunes Salgado.

RESUMO

Objetivo: Verificar a utilização do contrato de estágio de modo fraudulento para maquiar uma relação de emprego, sem, contudo, recair os ditames constantes da CLT. **Materiais e Métodos:** Para tanto, utilizou-se técnica mista, parte teórica em revisão de literatura e

pesquisa documental com análise de julgados do TRT da 3ª Região. **Resultados:** A Lei nº 11.788/1980 representou uma grande conquista para todos os estudantes brasileiros, através da regulamentação do direito de aprender uma profissão. No entanto, o mau uso dessa forma de contratação gera duplo prejuízo, ao estudante que não recebe a formação esperada e à sociedade que vê diminuir a oferta formal de empregos. O avanço da flexibilização nas relações de trabalho, quando advinda por meio fraudulento prejudica todo o sistema. A pesquisa de julgados permitiu verificar certa timidez na discussão judicial do tema, sendo certo que, nos exemplos de deferimento dos pedidos dos reclamantes, não houve o cuidado necessário (por tomadores, instituições de ensino e órgãos fiscalizadores) do cumprimento regular das normas do estágio. **Conclusão:** Verificou-se a necessidade de instituições de ensino e autoridades educacionais fiscalizarem e, de maneira legal, aplicarem estratégias de prevenção e combate às fraudes nos contratos de estágio. Visando, assim, a um processo de formação mais eficaz e completo.

Palavras-chave: Contrato de estágio. Contrato de trabalho. Fraude.

CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: SUPERLOTAÇÃO NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Geórgia Darmone dos Santos Cavalcante
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Identificar a causa e as consequências da superlotação nos presídios brasileiros e a violação dos direitos humanos. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o número de presos no país não para de crescer superando o número de vagas disponíveis nas unidades prisionais do país. Nesse contexto, surgem problemas sociais graves, como formação de facções criminosas e rebeliões de presos nas penitenciárias brasileiras. **Materiais e Métodos:** Revisão literária, com base científica consolidada na legislação brasileira, análise de artigos científicos e doutrinas, sites governamentais, jornais, revistas, artigos científicos e, também, em bibliotecas locais. **Resultados:** Foram identificados como causas e consequências da crise: o número crescente de prisões, violações aos direitos humanos e de Direitos e Garantias Individuais (expressos na Constituição Federal Brasileira de 1988). Isso porque faltam investimentos governamentais e infraestrutura nas unidades prisionais, bem como a efetiva aplicação das legislações então vigentes. **Conclusão:** O governo brasileiro tem buscado diversas alternativas para conter as consequências advindas da referida crise e, a fim de solucioná-la, foi elaborado um Plano Nacional de Segurança, aliado ao levantamento atualizado da situação prisional no país, muitas dessas medidas produzirão seus efeitos em longo prazo.

Palavras-chave: Lei de Execução Penal. Superlotação. Violação dos Direitos Humanos.

COLISÃO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, ÉTICA MÉDICA E OS ASPECTOS RELIGIOSOS FRENTE À RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE PELAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Joyce Danielle Ferreira Moura

Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Discutir a respeito da colisão entre os direitos fundamentais, ética médica e os aspectos religiosos frente à recusa de transfusão de sangue pelas Testemunhas de Jeová. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo as principais fontes doutrinas, artigos de periódicos, e as legislações pertinentes à matéria. **Resultados:** Considerando a amplitude de normas existentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acrescido do fato de muitas delas possuírem uma linguagem vaga e, ainda, advirem de diversas concepções de mundo, essas referidas normas acabam por colidirem criando-se o questionamento de qual direito será aplicado e qual será “desrespeitado” em tal situação. Dentre estes, é possível citar o conflito existente entre os direitos fundamentais direito à vida vs direito à liberdade religiosa, bem como a posição médica ante a recusa de transfusão de sangue pelos integrantes da Comunidade das Testemunhas de Jeová. Tendo em vista o tratamento dos direitos fundamentais como princípios, apontou-se, como solução de eventuais conflitos existentes entre eles, a ponderação, que visa não à invalidação de um princípio em detrimento do outro, mas sim à sobreposição de um em relação ao outro, em razão da não existência de hierarquia eles. **Conclusão:** Assim sendo, os princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, o direito de consciência, de crença e o direito à vida digna devem ser respeitados, a fim de evitar dor e sofrimento aos fiéis Testemunhas de Jeová, devendo ser reconhecido o direito de recusa destes.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Colisão. Testemunhas de Jeová. Transfusão de sangue. Ética médica.

DAÇÃO EM PAGAMENTO: RELATIVIZAÇÃO DO INSTITUTO NA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Samuel Ramos de Souza
Cristiano Barbosa

RESUMO

Objetivo: Realizar estudo do instituto da dação em pagamento como forma de adimplemento do contribuinte. **Materiais e Método:** Pesquisa bibliográfica, descritiva, com revisão de literatura. **Resultado:** Os resultados apontam que o instituto, apesar de previsto, tem aplicação relativizada pelo ato discricionário do governo. **Conclusão:** A funcionalidade e operacionalidade do Estado dependem, em certa medida, de recursos financeiros arrecadados através de tributos. Porém, nem todo contribuinte é adimplente e, quando tenta adimplir, pode se valer das alternativas do artigo 156 do CTN, incluindo a dação em pagamento, que nem sempre é aceita de forma ampla pelo governo em razão de ser ato discricionário.

Palavras-chave: Extinção. Tributo. Execução. Dação em pagamento.

DIREITO À INTIMIDADE: LIMITES PARA A EXPOSIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A RESOLUÇÃO SSP Nº 7 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

Victória Viana Ribeiro
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira

RESUMO

Objetivo: Analisar resolução SSP N° 7 de 03 de fevereiro de 2016, tendo como ponto de inicial questionamentos sobre o uso de dados pessoais em registros de boletins de ocorrência, no que concerne ao direito à intimidade e os limites para a exposição de tais dados. **Materiais e Métodos:** Esta pesquisa foi conduzida através de revisão, análise da resolução SSP N° 7 de 03 de fevereiro de 2016, com pesquisas de doutrinas, legislação vigente, análise de artigos e julgados, para basear e aprofundar a temática, e fundamentar toda a pesquisa, em análise e estudo em biblioteca local, bem como em bibliotecas virtuais, como *Scielo Brasil – (Scientific Electronic Library Online)*, Google Acadêmico e portal CAPES. **Resultados:** Foi possível conceituar os princípios e analisar a base da resolução, preservando as partes e seus direitos. **Conclusão:** O que se vê é a necessidade da ampliação da resolução para todos os demais estados, colocando as partes em segurança, limitando a publicidade dos dados em Boletins, mantendo resguardados os princípios da privacidade e vida íntima.

Palavras-chave: Dados pessoais. Boletins de ocorrência. Publicidade. Lei do acesso à informação.

DIREITO À VIDA X DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA: A SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS ASPECTOS JURÍDICO-PENAIIS DA TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Isabel Ribeiro Martins
Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Analisar como são resolvidos os embates desses direitos, frente à recusa das Testemunhas de Jeová em receber transfusão sanguínea. **Materiais e Métodos:** Foi realizada pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de materiais já elaborados. **Resultados:** Foi demonstrado o porquê de as Testemunhas de Jeová não aceitarem o recebimento de sangue; e apresentado o caso de Juliana Bonfim, cujos pais foram denunciados pela morte da filha, por não terem autorizado a transfusão. Para resolver esse choque de direitos, analisa-se o caso concreto, por meio do princípio da proporcionalidade, para decidir qual direito fundamental irá sobressair, e sempre à luz da dignidade da pessoa humana. Ao médico é permitido realizar a transfusão mesmo contra a vontade do paciente, se houver um iminente perigo de vida. Se não existir esse perigo, a vontade do paciente maior deve ser respeitada, em razão da dignidade da pessoa humana; e, no caso de um menor, a vontade dos pais. **Conclusão:** Os tribunais brasileiros não têm um entendimento unânime sobre a questão da colisão entre esses direitos. Para resolvê-las, é utilizado o juízo de ponderação, aplicado através do princípio da proporcionalidade, que destacará qual direito irá sobressair, analisado o caso concreto, e sempre respeitando a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Direito à Vida. Direito à Liberdade Religiosa. Testemunhas de Jeová. Transfusão de Sangue.

DESAFIOS ATUAIS NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS

Isabella Alquimim Mendes
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: O direito sucessório, embora já positivado na legislação pátria, precisa ajustar-se à realidade social advinda com a globalização e consequente tecnologia digital. O aumento do uso das ferramentas digitais no dia a dia dos brasileiros é notável o bastante para refletir nas normas vigentes. Prova disso é a possibilidade de aquisição de bens digitais, fazendo comum o acúmulo desse tipo de patrimônio que, embora tenham valor econômico evidente, não possuem existência material, no mundo concreto. Diante disso, este artigo aborda a viabilidade jurídica na transmissão de bens adquiridos e armazenados em plataforma virtual sob a ótica civil e constitucionalizada. **Materiais e Métodos:** Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** A herança digital é uma realidade atual ainda pouco explorada pela doutrina pátria, e sem nenhum amparo legislativo específico que possa definir o modo de transmissão de tais bens. **Conclusão:** Identifica-se a necessidade de adequação da legislação brasileira à realidade social, buscando a segurança jurídica em todos os âmbitos do direito, garantindo aos jurisdicionados que bens, materiais ou imateriais, possam ser adquiridos de forma segura e que serão legalmente transmitidos.

Palavras-chave: Sucessão. Herança. Bens digitais. Patrimônio digital.

DIREITO E BREJO DOS CRIoulos: MOVIMENTOS DA LUTA PELA REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Jamyla Pereira dos Santos
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivo: Realizar uma análise sobre a regularização das terras quilombolas, tema que envolve uma discussão na dimensão cultural, histórica e jurídica. Também visou pensar como a legislação atual assegura o direito à propriedade dessas comunidades, em específico o processo de titulação das terras do Brejo dos Crioulos, localizado entre os municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia, norte de Minas Gerais. **Materiais e Métodos:** Consistiu em revisão bibliográfica, análise de documentos e jurisprudência, configurando como uma pesquisa quantitativa. **Resultados:** A pesquisa verificou procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, desinstrução, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. A comunidade, com o engajamento dos movimentos sociais, universidades e poder público lutam por mais de quinze anos pela titulação do seu território. **Conclusão:** A discussão da temática contribuiu para refletirmos em relação a situações enfrentadas por esse grupo e possibilitou, à luz do Direito e do sistema jurídico, um olhar acerca dessa problemática, compreendendo o direito de regulamentação e

titulação através de resoluções equilibradas e harmônicas sem lesionar nenhuma parte, muito menos os quilombolas, grupo que demanda mais cuidados.

Palavras Chave: Poder Público. Regularização das Terras. Comunidades Quilombolas.

DIREITO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: GARANTIA OU UTOPIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Sara Santos Rodrigues Farias
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira

RESUMO

Objetivo: Analisar a atuação do Poder Judiciário como meio de efetivação do direito à saúde, em razão dos limites orçamentários que “dificultam” a atuação do Poder Público na garantia do direito social fundamental previsto constitucionalmente em norma de eficácia plena. **Materiais e Métodos:** Abordagem dedutiva, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Verificou-se que as pessoas em situação de rua são pouco assistidas pelas políticas públicas, e quando são assistidas, na maioria das vezes, o auxílio vem de entes alheios ao Estado. Apesar da universalidade do acesso à saúde prevista pela CF/1988 e leis infraconstitucionais, a vulnerabilidade da população em situação de rua é latente, descumprem-se as normas tanto por ação como por omissão. Por outro lado, há os mecanismos de tutela desses direitos previstos no sistema constitucional e infraconstitucional. **Conclusão:** As pessoas em situação de rua se veem desamparadas pela maioria das políticas sociais de acesso à saúde, podem recorrer ao Poder Judiciário para que por meio de instrumentos jurídico-processuais, possam ter garantido seu direito à saúde de forma mais efetiva e eficaz.

Palavras-chave: População em situação de rua. Direito à saúde. Judicialização da saúde.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE: APLICABILIDADE DO DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE EM HOMICÍDIO NO TRÂNSITO

Antônio José de Sena
Welberte Ferreira Araújo

RESUMO

Objetivo: O presente estudo faz uma comparação ao avaliar quais elementos que distinguem o dolo eventual e a culpa consciente, no tocante aos homicídios decorrentes de acidentes de trânsito em casos de embriaguez, bem como a dificuldade para perfectibilização de tal distinção e sua relevância no campo prático com a intenção de análise e diferenciação do dolo eventual e culpa consciente em acidentes de trânsito com envolvimento de bebidas alcoólicas ingeridas pelos condutores. **Materiais e Métodos:** Para a consecução dos objetivos do estudo, optou-se pela metodologia de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica a partir de leis, e doutrinadores que abordam o tema. **Resultados:** Parte-se do pressuposto de que observada, a diferença básica que temos dois institutos de um espaço muito curto e sendo este centrado no elemento volitivo, que é a vontade do agente de cometer o delito, pois, no dolo eventual, o

agente aceita e consente a produção do resultado e, na culpa consciente, não está presente esta aceitação. Diante diferenciação do elemento volutivo e culpa consciente, fica caracterizada a importância de se apontar a diferença entre culpa consciente e dolo eventual nos acidentes de trânsito com ingestão de bebida alcoólica que resultam em morte ou lesão, quando que o agente tem ou não a intenção de produzir o resultado. Por isso, o apontamento onde começa tal vontade, adequando-se o caso concreto à verdadeira tipificação do delito, contido no artigo 18 inciso I ou II do Código Penal brasileiro. **Conclusão:** Os resultados do estudo sinalizam para a necessidade de maior rigidez na aplicação das penas no caso de homicídio por embriaguez ao volante, considerando o fato de que já existem elementos suficientes na lei para a caracterização do dolo eventual nesses casos.

Palavras Chave: Dolo Eventual. Culpa Consciente. Acidente de Transito. Embriaguez.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL: ESTUDO DO INSTITUTO FRENTE À REFORMA TRABALHISTA EM 2017

Thaísna Gracielle Barbosa Almeida.
Cristiano Barbosa.

RESUMO

Objetivo: Estudar o instituto da equiparação salarial frente à reforma trabalhista de 2017. **Materiais e Métodos:** Empregou-se a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura e método exploratório, descritivo. **Resultados:** Os resultados apontam para o fato de que a nova regra dificulta a equiparação salarial, consecutivamente gera prejuízo jurídico aos trabalhadores na defesa de direitos e coloca em ameaça o princípio constitucional da igualdade. **Conclusão:** A equiparação salarial dada pela nova redação da lei 13.467/2017 criou critérios dificultadores à equiparação dos salários. Fere princípios constitucionais.

Palavras - chave: Equiparação. Salário. CLT. Isonomia. Lei 13.467/2017.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA RELAÇÃO CONSENSUAL COM MENOR DE 14 ANOS. UMA REFLEXÃO SOBRE A VULNERABILIDADE ABSOLUTA E RELATIVA DA VÍTIMA

Jardel Pereira dos Santos
Jéssica Albuquerque V. Oliveira

RESUMO

Objetivo: Analisar o crime de estupro de vulnerável tipificado no art 217-A do Código Penal Brasileiro, discutindo acerca do alcance do termo vulnerabilidade a partir dos argumentos apresentados pelas correntes antagônicas, apresentando os princípios mitigados em cada uma delas, bem como a reflexão sobre o elemento cognitivo e volitivo da vítima. **Materiais e Métodos:** O estudo foi conduzido por meio de pesquisa baseada em revisão bibliográfica por meio de doutrinas, artigos científicos e sites institucionais. **Resultados:** Foi possível constatar uma opção de interpretação do referido tipo penal essencialmente literal, demonstrado pela edição da Súmula 593 do STJ e pela jurisprudência do STF, revelando uma tendência

internacional, com reflexos no âmbito nacional, pela doutrina da Proteção Integral que atribui à tríade: Estado, sociedade e família a responsabilidade pela proteção da dignidade humana, inclusive na seara sexual de crianças e adolescentes com vistas a um crescimento sadio e sem traumas. **Conclusão:** A despeito da relevância de todos os argumentos da corrente minoritária, que opta pela vulnerabilidade relativa, a dignidade da pessoa humana é valor e princípio constitucional, o que revela ser a vulnerabilidade absoluta a teoria mais adequada para garantir a proteção que esse grupo vulnerável necessita para ter pleno acesso à dignidade.

Palavras-chave: Cognição. Dignidade da pessoa humana. Dignidade sexual. Mitigação de princípios. Vulnerabilidade Absoluta e Relative.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: UMA ANÁLISE SOBRE UM INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO DE ACESSO À JUSTIÇA

Arley Ronyere Santos Costa
Edmilson Araújo Rodrigues

RESUMO

Objetivo: Analisar os juizados especiais cíveis como instrumento democrático de acesso à Justiça, analisando os seus princípios e os reflexos na prestação jurisdicional à sociedade. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi elaborada por meio de um procedimento bibliográfico a partir de livros, legislações e artigos científicos. Quanto à abordagem, a da pesquisa, foi de natureza qualitativa e de cunho exploratório, uma vez que possibilita um envolvimento maior com a temática em discussão. **Resultados:** Observou-se que os Juizados Especiais trouxeram importantes inovações ao cenário jurídico brasileiro, buscando renovar a maneira de prestar a jurisdição, resultando numa justiça mais célere e efetiva aos jurisdicionados. Nesse caminho, percebe-se que a efetivação dos princípios presentes na Lei nº 9.099/95 também configuram um ponto relevante para se alcançar uma prestação jurisdicional de Excelência. O Juizado Especial Cível, por meio da prestação jurisdicional, conquista um papel notável na Democratização do acesso à justiça e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Apesar de todos os avanços dos Juizados Especiais e do acesso à Justiça, ainda falta um caminho longo a ser percorrido e obstáculos a serem superados. E, ademais, fatores como a desinformação de direitos às pessoas que compõem as camadas menos abastadas da sociedade, o desprestígio dos Juizados Especiais, a falta de infraestrutura e principalmente as desigualdades sociais se tornam barreiras a serem vencidas, numa sociedade em que se preza pela democracia. A total efetividade na busca da solução de um litígio só será completa se houver “paridade de armas” entre as partes. Tal igualdade refletiria na solução jurisdicional, sendo que os recursos das partes não afetariam o mérito da resposta do judiciário. **Conclusão:** Constatou-se que o Juizado Especial Cível, por meio da prestação jurisdicional, conquistou um papel notável na Democratização do acesso à justiça. É perceptível que a institucionalização dos Juizados Especiais Cíveis foi um passo importante para o poder Judiciário, porém vale ressaltar que ainda há muitas barreiras a serem vencidas.

Palavras-chave: Democracia. Acesso à justiça. Juizados Especiais Cíveis. Princípios dos Juizados Especiais.

LEI Nº 13.019/2014: UMA ANÁLISE DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Silwagner Roberto Silva Bispo
Edilberto Nicanor Ferreira

RESUMO

Objetivo: Identificar as principais mudanças trazidas pela Lei nº. 13.019/2014. **Materiais e Métodos:** Para a elaboração da pesquisa realizou-se revisão bibliográfica, investigações em livros e artigos científicos, além, evidentemente, da própria pesquisa, literal do corpo da Lei de nº 13.019/2014 e das mudanças positivadas na Lei de nº 13.204/2015. **Resultados:** Essa lei instituiu o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **Conclusão:** Por fim, uma pesquisa acerca das alterações positivadas na Lei nº 13.019/2014 e sua aplicabilidade em concordância com os princípios da Administração Pública e suas consequências sociais.

Palavras-chave: Lei nº 13.019/2014. Administração Pública. Participação social. Regulação. Organizações da Sociedade Civil.

MULTIPARENTALIDADE: COEXISTÊNCIA DAS PATERNIDADES BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA E OS REFELEXOS DO SEU RECONHECIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO

Nara Laís Silva Freitas
Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Discutir o impacto da coexistência das paternidades biológica e socioafetiva e os reflexos do seu reconhecimento no âmbito jurídico. **Materiais e Métodos:** Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizado o método de revisão de literatura, sendo as principais fontes: doutrinas, artigos de periódicos, revistas e as legislações pertinentes à matéria. **Resultados:** As instituições familiares passaram por inúmeras transformações no decorrer de todos esses anos. A aceitação desses novos modelos familiares trouxe avanços para o direito de família, revelando que o princípio da afetividade é o grande norteador dessas relações contemporâneas. Nesse contexto, surgiu a multiparentalidade, caracterizada pelo parentesco constituído por múltiplos pais. É a possibilidade de um filho ter o reconhecimento tanto da paternidade biológica, quanto da paternidade socioafetiva, de maneira que elas convivam harmoniosamente, sem que seja necessário excluir uma das paternidades, na hipótese de haver confronto entre elas. Na ausência de uma legislação própria que verse sobre o assunto, muitas dúvidas surgem a respeito de seus efeitos e seu procedimento, especialmente em relação aos direitos sucessórios, familiares e pessoais. Dessa forma, a função de superar os desafios que aparecem com o reconhecimento da multiparentalidade fica a cargo da doutrina, jurisprudência e dos aplicadores do Direito. **Conclusão:** Por mais que tenha havido

consideráveis mudanças, ainda há muito que se produzir em termos de conhecimento jurídico acerca da multiparentalidade, as normas jurídicas ainda precisam ser adaptadas, com o intuito de atender aos anseios da sociedade, que vive em constante transformação.

Palavras-chave: Direito de Família. Paternidade Socioafetiva. Paternidade Biológica. Multiparentalidade. Efeitos Jurídicos.

JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Paolla Halfed Fernandes Ribeiro
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: Analisar a efetividade do *Jus Postulandi* na Justiça do Trabalho, identificando os problemas da postulação por quem não detém o conhecimento técnico específico para assegurar o seu direito. **Materiais e Métodos:** Revisão bibliográfica, com método descritivo e abordagem de resultados qualitativos, com a reunião de informações através de leis, doutrinas e jurisprudências. **Resultados:** Destaca-se a inviabilidade da utilização do *Jus Postulandi*, visto que, no cenário atual, tem-se a informatização do processo, e a recente reforma na CLT, trazendo a possibilidade de acordos individuais, bem como os honorários de sucumbência, o que cria uma problemática ainda maior, tendo em vista a possibilidade de a parte ser penalizada por não saber conduzir o processo, diante de suas especificidades. **Conclusão:** O instituto do *Jus Postulandi* tem-se distanciado cada dia mais do seu caráter auxiliador de facilitar o acesso à justiça, podendo, na verdade, causar mais prejuízos, ficando mais evidente indiscutível à importância do advogado no mundo jurídico para a correta defesa do direito pleiteado, em especial na Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: *Jus Postulandi*. Postulação sem Advogado. Capacidade Postulatória.

JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: ANTAGONISMO DO DIREITO POSITIVADO

Iara Simões Xavier
Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Compreender o paradoxo existente entre o direito à saúde positivada e a judicialização para garanti-lo. **Materiais e Métodos:** Revisão de literatura, sendo as principais fontes: doutrinas, artigos de periódicos, revistas e as legislações pertinentes. **Resultados:** A saúde encontra-se prevista no rol, meramente exemplificativo, dos direitos fundamentais, constitucionalmente previstos, sendo classificada para tanto como tal, devendo o Estado proporcionar meios para que esse direito seja plenamente exercido pelos cidadãos, conforme previsto no art. 2º da Lei 8.080/90, que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde. Ainda, segundo a referida Lei, um dos princípios que rege a oferta de saúde é o da universalidade, ou seja, a garantia de que todos tenham acesso aos serviços de saúde. Quando não há essa prestação assistencial por parte do Estado, quando as pessoas não conseguem efetivação desse direito, acabam recorrendo à via judicial com o intuito de

assegurá-lo, sendo esse fenômeno denominado judicialização do direito à saúde. A partir disso, é possível identificar um paradoxo existente entre o direito constitucionalmente positivado, que garante o acesso universal à saúde, e o cidadão ainda ter que se valer da via judicial para a satisfação desse direito. **Conclusão:** Ainda se faz necessária a revitalização das políticas públicas para a garantia dos direitos do cidadão, visto que a função precípua de efetivá-los é do ente público, e, desse modo, poderá evitar-se a interferência do judiciário em demandas que envolvem ações do poder legislativo e executivo.

Palavras-chave: Constituição da República Federativa do Brasil. Direito à saúde. Judicialização.

“MULHERES AO VOLANTE”: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS (1970 – 2018)

Amanda Letícia Gusmão
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivo: Pensar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, destacando as mulheres que exercem a profissão de motorista em empresas de transporte coletivo intermunicipal. **Materiais e Métodos:** A pesquisa desenvolveu-se em Montes Claros, Minas Gerais, através de revisão de literatura e trabalho de campo por meio de entrevista/questionário na empresa “Transnorte Transporte Turismo”. O recorte temporal do trabalho refere-se ao período de 1970 a 2018. **Resultados:** A pesquisa identificou os critérios estabelecidos pela empresa de transporte coletivo na contratação de funcionários para o cargo de motorista, atentando para a visão das pessoas responsáveis por tal ato acerca do exercício dessa atividade por mulheres. **Conclusão:** Foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica e de campo para a averiguação e comprovação de que há desigualdade no mercado de trabalho para mulheres motoristas.

Palavras - chave: Igualdade de Direitos. Mercado de trabalho. Transporte coletivo. Gênero. Motorista.

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DO MÍNIMO EXISTENCIAL E DA RESERVA DO POSSÍVEL

Patrícia Oliveira Patrus Ananias
Edilberto Nicanor Ferreira

RESUMO

Introdução: Abordar a reserva do possível e limites orçamentários do Estado, quando confrontados com o Mínimo Existencial. Relaciona a saúde como direito intimamente ligado à dignidade da pessoa humana e possível omissão do Poder Público na sua efetivação. Por fim, delinea o papel desempenhado pelos Entes Federados: União, Estados, Municípios e Distrito Federal, para demonstrar a relevância de o cidadão, democraticamente, acionar a

prestação jurisdicional do Estado para assegurar o direito fundamental nos casos em que o Estado for omissivo ou agir de maneira insuficiente. **Objetivo:** Analisar o direito fundamental à saúde, constitucionalmente tutelado, e o papel desempenhado pelo Estado diante da sua ineficácia. **Materiais e Métodos:** Método de revisão de literatura por meio de levantamento bibliográfico à doutrina, artigos publicados e jurisprudência. **Resultado:** Verificou-se a inoperância da formulação, implementação e concretização da saúde pública no Brasil. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, a vulnerabilidade de grande parcela da sociedade que, na maioria das vezes, não consegue ter tal direito efetivado e busca a efetivação ingressando em juízo.

Palavras-Chave: Mínimo existencial. Reserva do possível. Sistema Único de Saúde.

O HOMEM COMO SUJEITO PASSIVO DO CRIME DE ESTUPRO

Raelce Patrícia Silva Januário
Rosely da Silva Efraim

RESUMO

Objetivo: Verificar a aplicabilidade da lei ao crime de estupro em que o homem se encontra no polo passivo e as possíveis consequências em decorrência disso. **Materiais e Métodos:** Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com o uso de doutrina, artigos científicos; também a legislação pertinente ao tema, sobretudo o Código Penal Brasileiro. **Resultados:** A implementação da Lei nº 12.015/2009 reformulou substancialmente a parte do Código Penal que trata dos crimes sexuais. O artigo aborda o crime de estupro que, com o advento da nova norma, além da mulher, o homem e pessoas de outro gênero, passam a figurar no polo passivo do crime de estupro, podendo o delito ser praticado por qualquer sujeito, inclusive a mulher. A Lei nº 12.015/09, que prevê a possibilidade de figurar qualquer sujeito no polo ativo sem distinção de gênero, possibilita os casos em que a mulher venha a figurar como sujeito ativo desse crime, tendo como resultado a gravidez. Assim, salienta o fato de existir previsão legal para que o aborto possa ser realizado, no caso em que a mulher é vítima do crime de estupro, e/ou decorrendo o nascimento da criança, esta terá amparo no ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito aos seus direitos. O que se questiona é qual será o amparo legal ao homem enquanto vítima do estupro, tendo como resultado a gravidez da autora do delito. **Conclusão:** Foi possível inferir que a Lei nº 12.015/2009 inova ao suscitar alguém como sujeito passivo do crime de estupro, no entanto, o ordenamento jurídico brasileiro carece de respaldos legais para amparar o homem vítima do referido crime.

Palavras-chaves: Aborto. Estupro. Gravidez. Homem. Pensão alimentícia.

O PAPEL REPRESENTATIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A ASCENSÃO DO JUDICIÁRIO E O PRINCÍPIO DA DIVISÃO DOS PODERES

Hélio Fernandes Ferreira Filho.
Antônio Luiz Nunes Salgado.

RESUMO

Objetivo: Buscou-se entender os processos do ativismo judicial e da judicialização da política e, em decorrência disso, verificar como eventuais excessos de invasão de um poder republicano sobre o outro podem colocar em xeque a disposição constitucional da harmonia entre os poderes. **Materiais e Métodos:** Para tanto, utilizou-se o método científico dialético. Tomou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como procedimentos técnicos para realizar uma abordagem qualitativa dos dados e fenômenos analisados. **Resultados:** Observou-se que após a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve, no Brasil, crescimento do Poder Judiciário dentro da configuração do Estado em razão da expansão da jurisdição constitucional e da transferência de parte de poder político ao judiciário. Percebeu-se que, diante desta conjuntura, o Supremo Tribunal Federal passou a agir criativamente, atuando, inclusive, com viés político. Isso fez surgir então a ideia de usurpação, na forma dos assim denominados ativismo judicial e judicialização da política. Ocorre que, numa perspectiva tradicional da teoria da tripartição dos poderes, os órgãos do judiciário não são considerados como entes próprios do sistema de governo, tampouco teriam papel representativo. Contudo, em virtude de uma crise de legitimidade vivenciada pelos Poderes Executivo e Legislativo, o STF passou a atender aos anseios da sociedade, fato que levou ao entendimento de que a concepção de divisão de Poderes, tal qual concebida no século XIX, não consegue mais explicar em sua totalidade a dinâmica política e institucional brasileira. **Conclusão:** Verificou-se que o STF atua dentro de seu novo papel democrático, constitucionalmente previsto.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Tripartição dos poderes. Judicialização. Política. Ativismo Judicial.

O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E SUA APLICABILIDADE FRENTE AOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL PRATICADOS POR PSICOPATAS

Lorena Tainara Ruas Magalhães
Ronilson Ferreira Freitas

RESUMO

Objetivo: Discutir a aplicabilidade da lei prevista no Código Penal Brasileiro para pessoas psicopatas que praticam crimes contra a dignidade sexual. **Materiais e Métodos:** Foi realizada uma pesquisa com procedimentos bibliográficos, exploratória de natureza qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos e as leis vigentes no Brasil. **Resultados:** A Lei vigente no País não traz em seu rol um tratamento específico para esses psicopatas, o que prejudica os demais presos os quais irão ter uma convivência diária com esse psicopata, isso porque, como já fora visto, essas pessoas não possuem uma recuperação de seu quadro psíquico comprovada, diferentemente dos demais presos “homens médios”, que podem ter uma melhora através da pena cumprida nas penitenciárias, podendo a sua recuperação prejudicada, caso tenham uma convivência com esses psicopatas, pois essas pessoas têm um poder de manipulação muito grande, podendo fazer com que esses demais presos possam ser influenciados a fazerem algo como, rebeliões e brigas mesmo sem que haja sua vontade própria. **Conclusão:** Assim, então, mostra-se o quão é importante a criação de leis e locais com a destinação exclusiva para o tratamento e a punição dessas pessoas, sabendo que o objetivo principal da prisão é punir e ressocializar o infrator. E, com um tratamento

mais próprio para esse determinado grupo de pessoas, sua volta ao convívio social pode ser mais segura e tranquilizadora a todos.

Palavras-chave: Código Penal Brasileiro. Psicopata. Crimes contra a dignidade sexual. Ressocialização. Aplicabilidade da pena.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Cindy Anna Almeida Monção
Rosely da Silva Efrain

RESUMO

Objetivo: O artigo analisa a aplicabilidade/inaplicabilidade do Princípio da Insignificância aos crimes contra a Administração Pública. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a aplicabilidade/inaplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes contra a Administração Pública, fazendo a relação entre a aplicação desse princípio e os mencionados crimes. **Materiais e Métodos:** O artigo foi desenvolvido através de pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica, com a análise de leis, doutrina e jurisprudência. **Resultados:** O Princípio da Insignificância é utilizado quando o bem jurídico lesionado é de pequeno valor, mas, para ele ser adotado, devem-se analisar os critérios: a mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica provocada. Os crimes contra a Administração Pública, previstos nos arts. 312 ao 326 do Código Penal Brasileiro, têm sido cada vez mais frequentes, todavia, há crimes de menor periculosidade que, se enquadrados nos referidos critérios, pode ser utilizado o princípio da insignificância. **Conclusão:** Pode-se dizer que, após análise dos posicionamentos dos Tribunais sobre a matéria, foi possível inferir que o posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF, no sentido de entender pela aplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes contra a Administração Pública, é o mais coerente.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Aplicabilidade. Crimes. Administração Pública.

O TRIBUNAL DO JÚRI E A ANÁLISE DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA FACE AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Pablo Diego Fernandes Ribeiro
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho buscou a desmitificação do “princípio” *In Dúbio Pro Societate* como autorizador para se encaminhar o acusado a julgamento popular após o fim da 1ª fase do rito especial do Tribunal do Júri, ou seja, juízo de formação da culpa- *judicium accusatione*, mesmo que haja dúvidas quanto a indícios suficientes de autoria ou materialidade dos fatos com a premissa de que tal procedimento seria “em favor da sociedade”. **Materiais e**

Métodos: Analisada sob a ótica constitucional sua contradição com o Estado Democrático de Direito, visto que, nesta, há previsão expressa do princípio *In Dúbio Pro Reo*, na dúvida, decide-se em favor do acusado, ou seja, “Princípio da Presunção de Inocência”. Analisou-se a origem histórica do Tribunal do Júri, as partes envolvidas e sua correlação com a Constituição Federal de 1988 conhecida como constituição cidadã, principalmente relativo aos Direitos e Garantias Fundamentais, sendo, por fim, estudadas as demais decisões que o magistrado poderia tomar diferente da pronúncia embasada sem a devida certeza de materialidade ou indícios suficientes de autoria. **Resultados:** A pesquisa analisou no rito especial do tribunal do júri a decisão de pronúncia justificada unicamente no brocardo *in dubio pro societate* face ao estado democrático de direito. **Conclusão:** A revisão de literatura, estudo da legislação, doutrinas, artigos científicos, *sites* jurídicos e de tribunais e bibliotecas virtuais foram indispensáveis para a reflexão sobre a temática.

Palavras-Chave: *In Dubio Pro Societate*. Tribunal do Júri. Decisão de pronúncia. Presunção de inocência. *Judicium accusationis*.

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: LIMITE E EXTENSÃO

Neuza Letícia Alves Silva
Edmilson Araújo Rodrigues

RESUMO

Objetivo: Abordar o limite e extensão do princípio da insignificância, bem como os princípios relacionados ao direito penal. **Materiais e Métodos:** A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão de literatura como forma de reunir informações e discussões sobre o tema de forma sistematizada, proporcionando melhor compreensão. Adotar-se-á também o caráter qualitativo dentro de uma abordagem exploratória cujo desiderato é uma maior afinidade com o tema proposto de estudo. **Resultados:** O princípio da insignificância representa um desdobramento lógico do caráter fragmentário do direito penal, no sentido de que esse ramo da ciência jurídica somente deve incidir sobre as condutas que resultem em comprovação da lesividade e inadequação social. Pelo princípio da insignificância, a ofensa ocorrida é mínima, de modo que não se atinge a tipicidade material necessária à tutela do bem jurídico, quando comparado com outros valores em respeito ao princípio da proporcionalidade. **Conclusão:** Observou-se que o princípio da insignificância é aquele decorrente da existência de um dano mínimo, que não traduz um prejuízo considerável a outrem. É um instrumento de interpretação restritiva do direito penal, que busca descriminalizar condutas que, embora sendo típicas, não atingem de maneira relevante os bens jurídicos protegidos pelo direito penal.

Palavras-chave: Direito Penal. Princípio da insignificância. Proporcionalidade. Tipicidade.

POLIAMOR: O DIREITO DE MEAÇÃO NAS RELAÇÕES POLIAFETIVAS

Joicy Aparecida Santos Trindade
Filomena Luciene Cordeiro Reis

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho visou analisar as uniões poliafetivas com o intuito de conhecer sobre esse tema, suas peculiaridades frente a outros tipos de relações, sejam elas, duradouras ou não, de fato ou oficialmente reconhecidas. **Materiais e Método:** Foi preciso considerar a evolução do tema família, que se afasta dos conceitos tradicionais e ganha novas vertentes, quando passa a ser reconhecida dentro de outros tipos de uniões, como a união estável, bem como das divergências frente ao conceito de família paralela. Por essa perspectiva, precisouse analisar como o ordenamento jurídico brasileiro tem-se posicionado quanto ao reconhecimento do direito dos membros de relacionamentos poliafetivos, quando se trata da obtenção de direitos na linha sucessória. **Resultado:** O estudo analisou o direito de meação entre os companheiros dentro de uma relação poliafetiva. Para tanto, a pesquisa consistiu na busca pelo aludido esclarecimento, tendo como referências a Constituição Federativa de Brasil de 1988, as legislações vigentes, assim como entendimentos de jurisprudências sobre fatos que versam sobre o assunto em questão. Também utilizou doutrinas e materiais científicos de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Tais materiais foram extraídos de *sites* governamentais; da base de dados das bibliotecas virtuais, Google Acadêmico, entre outros; e das bibliotecas locais, que tratam de assuntos ligados ao objetivo em questão. **Conclusão:** Poliamor consiste na relação afetiva íntima entre mais de duas pessoas que, de forma transparente, e gozando da sua autonomia da vontade, exerce o direito de se relacionar afetiva, sexualmente, almejando gozar de todos os efeitos legais de uma família.

Palavras-chaves: Famílias Paralelas. Relações Poliafetivas. União Estável. Direito de Meação.

O *JUS POSTULANDI* E SUA EFETIVIDADE NO DIREITO DO TRABALHO

Ana Clara Melo de Miranda
Tatiane Santos Neves

RESUMO

O *Jus postulandi* visa garantir ao trabalhador a possibilidade de postular seus direitos perante a justiça do trabalho sem a obrigatoriedade de um advogado. Entretanto, este instrumento diverge de outros dispositivos legais. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 133, prevê a indispensabilidade do advogado à administração da Justiça. O Estatuto da Ordem dos Advogados, instituído por meio da Lei n.º 8906, de 04 de julho de 1994, em seu art. 1º, declara que é atividade privativa do advogado a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais. Entretanto, a Consolidação da Lei do Trabalho – CLT (1943), em seu Art. 791, reza que as partes poderão reclamar pessoalmente perante a justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi analisar o uso do princípio do *jus postulandi* na Justiça do Trabalho. Para atingir o objetivo da pesquisa, foi adotada a metodologia qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica. Os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica foram analisados e possibilitaram compreender a aplicação do princípio do *jus postulandi*. Ao invés de bani-lo do sistema, entende-se que a melhor saída seria o aprimoramento desse instituto com a capacitação de magistrados e demais servidores para que estes prestem auxílio às partes que postulam em causa própria, fazendo, assim, com que estas tenham qualidade na prestação jurisdicional.

Palavras-chave: Direito. *Jus Postulandi*. Justiça do Trabalho. Processo do trabalho.

O EXAME DE ALCOOLEMIA E O PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Fabiano Mendes de Lima
Jessica Albuquerque V. Oliveira

RESUMO

Objetivo: Verificar os aspectos que envolvem a recusa do exame de alcoolemia e o princípio da não autoincriminação. **Materiais e Métodos:** Trata-se de trabalho que envolverá o estudo exploratório de documentos diversos, tais como consultas críticas e analíticas em materiais de bases físicas quanto eletrônicas, utilizar-se-á o método hipotético dedutivo como forma de problematizar e interpretar qualitativamente os elementos e fenômenos que compõem o tema proposto. Serão usadas as bases de dados científicos “*A Scientific Electronic Library Online*” - Scielo, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCrim, pela importância científica do conteúdo disponibilizado e documentários que abordam o tema, utilizando os seguintes descritores de forma isolada e associada: trânsito; lei seca; embriaguez; bafômetro. **Resultados:** O que está em discussão, desde a inclusão do artigo 165-A no Código de Transito Brasileiro/08, e que está sendo objeto de estudo deste trabalho, é sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do artigo, vinculado ao princípio da não autoincriminação. **Conclusão:** Espera-se, a partir do estudo aqui realizado, que o bafômetro na lei seca e o direito à não autoincriminação, dita-se que a nova norma trilhe um caminho menos tumultuado que aquele advindo da anterior – Lei Seca, dando a efetiva aplicação da reprimenda aos alcoolizados que se acham pilotos e do mesmo modo confiamos que os exegetas se esforcem no caminho de uma interpretação condizente tanto com a preservação dos direitos do acusado quanto com a preservação da vida das pessoas.

Palavras-chave: Alcoolemia. Não autoincriminação. Lei Seca.

O SEGURADO ESPECIAL E O ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Bárbara Bella Braga Novaes Bonfim
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: Realizar uma abordagem sobre as contribuições dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar como exigência para a concessão de benefícios, considerando-o como segurado especial, que aparece como uma das classes de segurados obrigatórios da Previdência Social. **Materiais e Métodos:** Metodologicamente foi feito uso da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial com revisão de literatura, recorrendo à referência científica de legislações vigentes, bem como materiais científicos, entendimentos jurisprudenciais e doutrinas. Tais materiais foram extraídos da base de dados das bibliotecas locais, virtuais e sites governamentais. **Resultados:** Foi analisado o critério legal específico para que o segurado especial tenha acesso aos benefícios previdenciários, demonstrando que o legislador se preocupou em definir os meios de comprovação do trabalho rural, todavia, identifica-se um

alto número de indeferimentos desses benefícios na esfera administrativa. **Conclusão:** Os resultados apontam um grande volume de processos judiciais que poderiam ser resolvidos na esfera administrativa.

Palavras-chave: Segurado Especial. Contribuições. Litigiosidade. Previdência Social.

PROVAS ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO PENAL

Maxsuel Soares Durães
Vanessa Cláudia Sousa Oliveira

RESUMO

Objetivo: Analisar a possibilidade de aplicação das provas ilícitas por derivação no processo penal, uma vez que a realidade social contemporânea é assinalada pela ampla complexidade das relações sociais. Sendo, por isso, constante o choque entre direitos e garantias fundamentais. **Materiais e Métodos:** Caracterizou-se como revisão de literatura realizada através da análise de materiais relevantes por meio de pesquisa bibliográfica, bem como pesquisas em sítios eletrônicos, de trabalhos acadêmicos e publicações sobre o tema. **Resultado:** Da análise dos julgados e da doutrina apresentada foi possível verificar a diversidade de entendimentos sobre a matéria das provas ilícitas quanto à sua constitucionalidade, existindo posicionamentos no sentido de rejeitar as provas ilícitas, ou no sentido de acatá-las. **Conclusão:** É com a finalidade de evitar decisões incompatíveis com a promoção da justiça e paz social que deverá ser aplicado o princípio da ponderação de valores, quando a norma existente não for capaz de amparar todos os valores albergados pela Constituição Federal demais normas infraconstitucionais.

Palavras-chave: Ponderação de valores. Prova ilícita. Prova ilícita por derivação.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: UM ESTUDO SOBRE AÇÕES MUNICIPAIS COM OS MORADORES DE RUA DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

Amanda Gomes Mendes
Cristiano Barbosa

RESUMO

Objetivo: Estudar o princípio da dignidade humana aplicado aos moradores de rua; estudar os elementos caracterizadores e levantar posicionamentos doutrinários acerca do princípio da dignidade humana; identificar ações realizadas pela municipalidade no sentido de gerar dignidade aos moradores de rua na cidade de Montes Claros/MG. Levantar dados divulgados pelo poder público municipal sobre atuação com os moradores de rua. **Materiais e Métodos:** Pesquisa exploratória, descritiva, revisão de literatura, documental, entrevista não estruturada e não probabilista e por acessibilidade. **Resultado:** Aponta para o fato de que o poder público municipal tem gerado relativa efetividade do princípio da dignidade dos moradores de rua na cidade de Montes Claros/MG, uma vez que alguns dos próprios moradores de rua criam ou

atuam no sentido de minimizar os efeitos da ação municipal. **Conclusão:** A percepção do que seja dignidade não apresenta conceito ou entendimento comum, variando de indivíduo para indivíduo e deles em relação à percepção coletiva.

Palavras-chaves: Dignidade Humana. Homens. Montes Claros/MG.

RESPONSABILIDADE DE ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA LEI 5.478/68 COM BASE NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Hewerthon Yan Ribeiro Cardoso
Luciana Silva Fonseca de Carvalho

RESUMO

Introdução: Este trabalho versa sobre a importância dos alimentos no ordenamento jurídico brasileiro, especificamente no Direito de Família, restringindo-se ao estudo na responsabilidade e obrigação dos pais de alimentar e, tem como respaldo, seu amparo fundamentado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. **Objetivo:** Discutir o instituto dos alimentos em sua essência e o dever de ser solidário com o membro da família no momento de solicitar esse direito, analisando as perspectivas legais do procedimento. **Materiais e Métodos:** Estudo de revisão literária, recorrendo a referências em livros, legislações vigentes, bem como materiais científicos e doutrinas que foram de suma importância para o desenvolvimento do artigo científico. **Resultados:** As perspectivas e possibilidades do dever de alimentar apontam para uma construção histórica desse direito ao alimentado e, no que tange aos dispositivos legais, estes evoluíram para efetivar os interesses dos envolvidos nesse processo. **Conclusão:** Os aspectos legais que regem o código civil e o amparo frente ao princípio da dignidade da pessoa humana garantem a quem depende do alimento o direito de solicitar dos parentes a prestação dessa obrigação.

Palavras-chave: Direito da Família. Responsabilidade de Alimentar. Direito Civil. Lei 5.478/68.

REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA PRISÃO CÍVEL POR DÍVIDA ALIMENTAR

Bianca Catarina Almeida de Medeiros
Janaína Silveira Castro Bickel

RESUMO

Objetivo: O objetivo central deste trabalho foi entender a prisão cível por dívida alimentícia em sua visão geral, sua natureza jurídica e suas peculiaridades. **Materiais e Métodos:** a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base na literatura, na doutrina e na jurisprudência vigente no Brasil. **Resultado:** as análises feitas e textualizadas, permitiram considerar que, a prisão civil por alimentos, nos dias atuais, deve ser efetivada em último caso, haja vista que a própria legislação disponibiliza algumas alternativas substitutivas da privação da liberdade, sem, no entanto, deixar de forçar o inadimplente a cumprir com sua obrigação alimentar. **Conclusão:** a prisão é uma medida extremada e, que em muitos casos é

repelida pelo entendimento jurídico, uma vez que, a liberdade é um direito fundamental a ser preservado, portanto, o entendimento é de que esta só será justificável quando o devedor alimentício não arca com o seu dever de honrar a obrigação de alimentos de forma voluntária e inescusável.

Palavras-chave: Obrigação alimentícia. Prisão civil do alimentante. Alternativas coercitivas da obrigação alimentícia.

TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Carla Rafaela Dias Vieira
Antônio Luiz Nunes Salgado

RESUMO

Objetivo: Discutir sobre a terceirização dentro da administração pública. **Materiais e Métodos:** Por meio de revisão de literatura, viu-se a prestação de serviços pelos entes públicos, bem como sua diferença para a prestação privada. **Resultados:** Os serviços públicos a serem repassados para terceiros, as contratações pelos prestadores de serviços e a responsabilização entre este prestador e o Estado como tomador dos serviços no tocante às verbas trabalhistas advindas do inadimplemento do prestador para com o trabalhador. O contrato como base de vigilância pelo fiscal e a gestão pública para se garantir a efetivação das suas cláusulas, e com isso, assegurar o cumprimento e a satisfação do serviço público em sua essencialidade através do instituto da Terceirização. **Conclusão:** Primeiramente foi feita uma análise acerca do surgimento e evolução da terceirização no Brasil, passando por seu caminho desde sua forma inicial permitida como apenas atividade-meio, até o advento da permissividade de sua forma irrestrita abrangendo também as atividades-fim dentro dos setores públicos, bem como a obrigatoriedade da licitação e do concurso público para contratações.

Palavras-chave: Terceirização. Setor Público. Administração Pública.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.344/2016

Christie Ellen Soares da Silva
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: O combate ao tráfico internacional de pessoas foi ratificado pelo Brasil no ano de 2004 por meio do Protocolo de Palermo. O referido tema também era regulamentado no Brasil através do Código Penal pelo artigo 231, revogado em 2016 pela Lei 13.344, vez que existiam certas lacunas quanto ao objeto jurídico tutelado, tendo em vista que a confusão entre os termos prostituição e exploração sexual fazia surgir o sentido de discriminação da prostituição pela ausência da separação de termos. **Materiais e Métodos:** Utilizou-se a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Diante dessa reformulação legislativa, este artigo aborda

a problemática identificada, consistente em analisar se a atual redação da Lei 13.344/2016, relativa à previsão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, superou as discussões que se faziam a respeito da interpretação do artigo 231 do Código Penal revogado, no que tange especificamente à diferença entre exploração sexual e prostituição. **Conclusão:** Os resultados apontam para uma divergência de correntes interpretativas.

Palavras-chave: Tráfico internacional de pessoas. Tráfico de mulheres. Exploração sexual. Prostituição.

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA E SUA INCOMPATIBILIDADE COM O CONTRADITÓRIO

Mariana de Carvalho Alves
Edmilson Araújo Rodrigues

RESUMO

Objetivo: Analisar a tutela provisória de urgência antecipada frente aos princípios do Estado Democrático de Direito. **Materiais e Métodos:** A pesquisa é de cunho bibliográfico, utilizando-se métodos de pesquisa por meio de doutrinas, legislação e sítios de revistas jurídicas eletrônicas, de caráter qualitativo e de abordagem exploratória. **Resultados:** A tutela provisória de urgência antecipada, embora seja uma um instituto de acesso à justiça de forma mais célere, representa, entretanto, um prejuízo à parte adversa que fica submetida a uma decisão sem que tenha a possibilidade de contraditório e ampla defesa em completa afronta ao devido processo legal. Nesse sentido, a pesquisa aponta para uma necessidade de aprimoramento do instituto por meio da efetiva participação do demandado no limiar do processo. **Conclusão:** Percebeu-se que o tema é dotado de posicionamentos contrários e favoráveis à concessão da tutela provisória de urgência antecipada, liminarmente, mas adota-se como hipótese um aperfeiçoamento com a adoção da audiência de justificação prévia na fase inicial do processo, com observância ao princípio do contraditório e ampla defesa.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Código de Processo Civil de 2015. Tutela Provisória de Urgência Antecipada. Princípio do Contraditório e Ampla Defesa.

TUTELA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO NA PORNAGRAFIA DE VINGANÇA: UM ESTUDO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ERA DIGITAL

Adry Hara Cristini Oliveira Silva
Maria Fernanda Soares Fonseca

RESUMO

Objetivo: Analisar se a tutela do direito penal seria eficaz para a diminuição da pornografia de vingança que atinge tantas vítimas, em sua maioria mulheres, e que não tem previsão legal específica. **Materiais e Métodos:** Revisão de literatura, pois possibilita a união de informações e discussões teóricas que são de suma importância para alcançar os objetivos da temática, utilizando o método hipotético dedutivo, uma vez que existe um conhecimento prévio sobre o assunto que tem um problema e a partir daí surge a necessidade de uma busca

por solução, recorrendo aos materiais científicos, documentos e doutrinas que foram indispensáveis para o desenvolvimento do artigo científico. Tais materiais foram extraídos da base de dados das bibliotecas locais, virtuais e sites governamentais. **Resultados:** A expressão *revenge porn* conhecida no Brasil como pornografia de vingança é o nome dado para as práticas de divulgação não permitida de imagens e vídeos, que pode ser considerada como uma forma de violência de gênero, sendo rapidamente propagada pela era digital que permite interações rápidas. **Conclusão:** Os resultados apontam para a real necessidade de o direito penal brasileiro tutelar sobre a pornografia de vingança, como forma de garantir segurança jurídica às vítimas e uma penalização apropriada, com o intuito de coibir novas condutas.

Palavras-chave: Violência de gênero. Pornografia de vingança. Era digital. Direito Penal.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: INCONGRUÊNCIAS E ASPECTOS DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

Maria Alves dos Santos
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira

RESUMO

Objetivo: deste trabalho é apresentar uma discussão em face das mudanças trazidas pela lei 13.465 de Regularização Fundiária Rural e o Provimento 65/2017 (BRASIL, 2017), destacando as incongruências e os aspectos de inconstitucionalidade material no procedimento da usucapião extrajudicial na conjuntura das regularizações das propriedades imobiliárias. **Materiais e Métodos:** De abordagem qualitativa, método dedutivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** O procedimento da usucapião extrajudicial aponta incongruências e aspectos de inconstitucionalidade material, preconizada no artigo 1.071 do Código de Processo Civil de 2015, que vigora com o artigo 216^a da Lei 6.015 de Registros Públicos, que também vigora com a lei 13.465 de Regularização fundiária Rural e provimento 65/2017 do CNJ (BRASIL, 2017). **Conclusão:** Apesar de apresentar incongruências, o procedimento da usucapião extrajudicial é uma realidade necessária e de extrema importância para a população brasileira, diante da complexidade do procedimento, que novas leis sejam elaboradas para que o dispositivo seja alterado sempre que ferir princípios constitucionais.

Palavras-chave: Usucapião. Usucapião extrajudicial. Inconstitucionalidade.

VIOLÊNCIA ENTRE AS TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL

Yanca Micaelly Pinto Gusmão.
Antonio Luiz Nunes Salgado.

RESUMO

Objetivo: Analisar os acontecimentos violentos causados pela rivalidade entre as torcidas de times de futebol. **Materiais e Métodos:** Para alcance do objetivo foi realizada revisão de literatura com pesquisa de julgados. **Resultados:** Surgem, em 1942, grupos de torcedores mais fiéis e apaixonados pelos seus times, iam aos estádios com instrumentos, músicas e

bandeiras próprias e em sua maioria uniformizados, eram as Torcidas Organizadas. A priori não havia interesse em causar conflitos com organizadas rivais, os grupos se formavam com o único objetivo de apoiar o próprio time em qualquer situação, o que acabou atraindo para a composição dos grupos, torcedores extremistas e por vezes insatisfeitos com as diretorias dos times, com o elenco do clube e principalmente com a falta de violência contra a torcida rival, assim nascem e permanecem até hoje, os conflitos violentos e cotidianos entre as Torcidas Organizadas. **Conclusão:** Verificou-se que em decorrência da violência nos estádios e da grande popularização do esporte no país, fez-se necessária uma legislação específica para versar sobre o desporto, legislação que se modificou com o passar dos anos até chegar à sua forma vigente, o Estatuto do Torcedor (EDT).

Palavras-chave: Torcida organizada. Futebol. Violência nos estádios. Estatuto do torcedor.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERÍODO DE 2013 ATÉ 2014 E A ATUAÇÃO DA 11ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR, NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

Edivaldo Rodrigues da Silva
Jéssica Albuquerque V. Oliveira

RESUMO

Objetivo: Estudar os principais aspectos que envolvem a violência doméstica na comarca de Montes Claros nos anos de 2013 e 2014. **Materiais e Métodos:** O estudo é de natureza quantitativa e qualitativa através de dados extraídos do Sistema de Defesa Social/ Registro de Evento de Defesa Social fornecidos pelo 10º Batalhão de Polícia Militar. Dentre esses dados, foram analisados os de maior ocorrência, quantidade de ocorrências no período, relativos à violência doméstica, relação de parentesco entre vítima e autor, grau escolar da vítima. Foram selecionados artigos científicos encontrados nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes, jurisprudências, livros que tratam sobre a temática em questão e a lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha). **Resultados:** Com o estudo, conclui-se que o domingo é o dia da semana com maior número de agressões, seguido do sábado. Com relação ao parentesco entre a vítima e agressor, ficou claro que os cônjuges são os que mais agredem. A maioria das vítimas possui ensino médio completo e as vítimas com pós-graduação possuem menos registros de ocorrências relativas à violência doméstica. **Conclusão:** Foi possível constatar que a violência doméstica é algo que necessita de mais políticas públicas, uma vez que fatores culturais e econômicos interferem efetivamente na relação da vítima e do agressor de violência doméstica. De tal modo, faz-se necessária a ampliação de órgãos especializados em dirimir tais conflitos e também um incentivo à educação e à cultura.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Atuação da Polícia Militar. Violência doméstica.

A LAICIDADE DO ESTADO FRENTE À LIBERDADE DE RELIGIÃO

Alisson Pablo Ribeiro Sales Soares
Thaís de Oliveira Faria Baldo

Objetivo: Realizar uma discussão jurídica e social atinente às características do princípio da laicidade e a sua respectiva aplicabilidade e compatibilidade frente ao estado democrático de direito. **Materiais e Métodos:** Para o desenvolvimento do artigo foi utilizado o método de revisão de literatura, pois essa modalidade possibilita a reunião de informações e discussões sobre o assunto debatido. **Resultados:** A liberdade de religião caracteriza-se por ser um Direito garantido e positivado na Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que os efeitos decorrentes desse direito alcançam todos os cidadãos das mais diversas maneiras, sendo assim, percebe-se que é um direito universal. Isto posto, convém ressaltar que tal prerrogativa constitucional, faz jus a análise sobre a abrangência da faculdade de determinado indivíduo exercê-lo expressando uma determinada fé, crença, dogma, expressão de consciência, ou até mesmo renunciar a esse direito privando-se de participar de qualquer livre exercício de manifestação de fé ou se auto intitular um ser ateu. Sobre o assunto, há diversas formas de interpretação desse dispositivo legal, que compreende não só a perspectiva jurídica tocante ao tema, mas também questões de cunho histórico-cultural. **Conclusão:** A laicidade somente se consubstancia no estado democrático de direito, quando esta obedece rigorosamente o princípio da isonomia no campo da religião.

Palavras-chave: Liberdade de Religião. Evolução Histórica. Princípio da Laicidade. Constituição.

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA: ASPECTOS SOBRE O DEVER AO APOIO MORAL FRENTE AO ABANDONO AFETIVO PARENTAL

Joicy Gonçalves Ribeiro
Nélia Carolina Silva Dias
Thaís de Oliveira Faria Baldo

Objetivo: Examinar os aspectos da responsabilidade civil no Direito de Família, com enfoque na indenização por dano moral no abandono afetivo parental. **Materiais e Métodos:** A realização deste estudo é pautada pelo procedimento técnico da revisão bibliográfica, adotados os métodos dedutivo e qualitativo. **Resultados:** Apontam que a transgressão ao direito de convivência no âmbito familiar viola o princípio da dignidade da pessoa humana. A consequente indenização por danos morais àquele que é abandonado por um ou ambos os genitores pauta-se nos requisitos gerais para configuração da responsabilidade civil, quais seja, a conduta humana, onexo causal e o dano. Nesse sentido, a indenização decorrente do abandono afetivo possui além de função reparatória e punitiva para que aquele que abandonou repare fatos passados, possui também função pedagógica, para evitar danos futuros, sendo então consagrado o princípio da dignidade da pessoa humana. **Conclusão:** Foi possível observar que o instituto da responsabilidade civil é aplicável no Direito de Família, bem como, é possível a indenização por danos morais no abandono afetivo.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Indenização. Dano moral. Abandono afetivo. Direito de Família

O COLAPSO NA ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO COM ÊNFASE NA INTERDIÇÃO DA CADEIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS

Mariana Siqueira França
Nélia Carolina Silva Dias
Thais de Oliveira Faria Baldo

Objetivo: Analisar o colapso da estrutura do Sistema Prisional Brasileiro com enfoque na interdição da Cadeia Pública no município de Buenópolis, demonstrando a supressão dos direitos fundamentais do apenado frente a desorganização estatal, na questão estrutural da instituição prisional. **Materiais e Métodos:** O critério adotado para este estudo foi o de revisão de literatura, sob os métodos dedutivos e qualitativos, tendo como escopo a Ação de Interdição proposta pela Promotoria de Justiça da Comarca de Buenópolis e o Inquérito Civil proposto pelo órgão, possibilitando assim a reunião de informações e discussões sobre o assunto escolhido. **Resultados:** Através do estudo foi possível observar o descaso do Estado ao lidar com as instituições penitenciárias, sem verificar e respeitar as normas e princípios constitucionais presentes no ordenamento jurídico. Sob esta ótica, ressalta-se a falta de aplicação da Lei de Execução Penal permitindo a fragilidade do sistema penal brasileiro, bem como os impactos causados na vida dos encarcerados com a mitigação das suas garantias constitucionais. **Conclusão:** O atual cenário do sistema prisional brasileiro vive um processo de retrocesso no que tange a aplicação das penas. A desorganização estatal leva a supressão dos direitos fundamentais dos apenados bem como impede que as penas sejam aplicadas alcançando seus objetivos, sendo estes da ressocialização e oportunidade.

Palavras-chave: Buenópolis. Colapso. Estrutura Prisional Brasileira. Lei de Execução Penal. Sistema Prisional.

A EMOÇÃO COMO CAUSA DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE NO EXCESSO DA LEGÍTIMA DEFESA

Sara Aparecida Pinto Souza de Oliveira
Thaís de Oliveira Faria Baldo

Objetivo: Analisar a emoção como excludente de culpabilidade no excesso de legítima defesa. **Materiais e Métodos:** Pesquisa de revisão bibliográfica, valendo-se do método dedutivo e empregando-se a abordagem exploratória. **Resultados:** Definida como o direito de afastar uma injúria iminente atual ou injusta, a qualquer direito alheio ou próprio, mediante uso ponderado dos meios necessários, a legítima defesa é um instituto importante no ordenamento jurídico, em que o agente imputável pratica conduta tipificada como crime, diante das circunstâncias que envolvem a condição fática, não há a configuração do ato ilícito. Contudo, o ato deve ser o meio necessário, e quando ultrapassados os limites das justificativas, responderá o agente pelo excesso doloso ou culposo. Assim, verificou-se que a ilicitude, também denominada antijuricidade, e que o crime pode ser definido como um episódio na vida de um indivíduo. Não pode, portanto, ser dele destacado e isolado, nem mesmo ser estudado ou reproduzido. Sendo assim, constatou-se que a perturbação de ânimo em face da situação criada pela agressão é circunstância que influi decisivamente sobre o comportamento do agente, em seu subjetivismo, dando-lhe uma concepção às vezes irreal do perigo iminente contra o qual se defende, tornando a emoção causa de exclusão de culpabilidade no tocante ao excesso. **Conclusão:** Concluiu-se que o agente que comete o excesso pode não ser penalizado em razão de fundada perturbação de ânimo, configurando uma hipótese supralegal de exclusão da culpabilidade, conforme decisão majoritária dos tribunais brasileiros.

Palavras-chave: Legítima Defesa. Excesso. Emoção. Exclusão da Culpabilidade.

ENGENHARIA CIVIL

ANÁLISE DO BLOCO DE CONCRETO FABRICADO COM RESÍDUO DA CONSTRUÇÃO CIVIL ACRESCIDO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO PARA PISO INTERTRAVADO

Leandro de Jesus Hoed
Fernanda Afonso Oliveira Silva
Kristhiam Willy Soares Mota

RESUMO

Objetivo: Estudar o comportamento de blocos de concreto para piso intertravado fabricado com aproveitamento de resíduo da construção civil e acréscimo de poliestireno expandido, comercialmente conhecido por isopor. **Materiais e Métodos:** Foram preparados 72 corpos de prova, dos quais 18 eram de concreto tradicional e 54 com concreto modificado, sendo substituído o agregado graúdo por resíduo reciclado com granulometria semelhante da brita 1 e a substituição do agregado miúdo com proporções de 35% de resíduo reciclado com granulometria semelhante da areia e 65% de EPS, e mais proporções de 50%/50% e 65%/35% respectivamente, permaneceram durante o processo de cura de 1, 14 e 28 dias. Foram realizados os testes de inspeção visual, compressão e umidade em triplicata. **Resultados:** Os resultados encontrados demonstraram que a amostra com maior porcentagem de EPS (CPM3-28) obteve um melhor resultado, pois atingiu uma resistência maior e um peso mais leve em relação aos outros corpos de prova. Esta apresentou permeabilidade, leveza e resistência suficiente para uso em piso intertravado, tornando-se viável, além de contribuir com a preservação do meio ambiente, abastecer o lençol freático e reduzir o escoamento superficial. **Conclusão:** Com o estudo, é possível concluir que o bloco produzido possui características e pode ser considerado como um bloco ecológico, a resistência à compressão encontrada não atingiu o mínimo para que haja trânsito de veículos, no entanto, o bloco poderá ser utilizado em locais onde haja trânsito apenas de pedestres e ciclistas.

Palavras-chave: Bloco de concreto. Sustentabilidade. Poliestireno Expandido.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DE COMPÓSITOS CIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA ADIÇÃO DE EVA E FIBRAS DE PIAÇAVA

Larissa de Paula Rocha
Sabrina Kelly Costa Mendes
Suzyanny Dias Gusmão

RESUMO

Objetivo: Verificar a qualidade e resistência de compósitos cimentícios desenvolvidos com adição de resíduos de EVA (*Etil Vinil Acetato*), e reforçados com fibras vegetais de piaçava.

Materiais e Métodos: O estudo apresenta caráter experimental, exploratório e quantitativo. Foram desenvolvidos três tipos de misturas de argamassa para o ensaio comparativo de resistência à compressão e tração na flexão, com traço de 1:3:0,5. Cada mistura foi composta por 6 CP (corpos de prova), totalizando em 18 CP. **Resultados:** É possível verificar a qualidade e resistência de compósitos cimentícios desenvolvidos com adição de resíduos de EVA, e reforçados com fibras vegetais de piaçava, cujos resultados apontam que as argamassas produzidas com agregado de EVA apresentam menor absorção de água e também um decréscimo da resistência mecânica quanto aos esforços de tração e compressão. **Conclusão:** Dessa forma, a produção de argamassas utilizando EVA em substituição ao agregado natural é viável, no entanto é necessário a adição das fibras vegetais de piaçava, pois estas contribuem significativamente para o aumento da resistência característica da argamassa, sendo imprescindível analisar os parâmetros mínimos de aplicação para cada finalidade.

Palavras-chave: Compósitos cimentícios. Resíduos de EVA. Fibras de Piaçava. Resistência.

ANÁLISE DO TREINAMENTO DE COLABORADORES NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)

Jóice Rafaela de Oliveira Pinto
Vinícius Alves Gonçalves
Fernanda Afonso Oliveira Silva

RESUMO

Objetivo: Avaliar os processos de capacitações, verificar a importância conferida à qualificação profissional por parte dos entrevistados, verificar a disponibilidade de cursos na cidade e pesquisar as empresas na forma como conduzem a qualificação profissional. **Materiais e Métodos:** O método utilizado foi a aplicação de questionários para levantamento de dados, foi aplicado um para os funcionários e outro para o gestor da empresa. **Resultados:** Para o levantamento dos dados, foram entrevistados nove colaboradores e um gestor. Constatou-se que o nível de escolaridade é um fator pouco determinante como critério para a contratação na empresa estudada, uma vez que a maior parte dos colaboradores possuem apenas o ensino fundamental completo. Foi possível verificar que, apesar de reconhecerem a importância dos cursos profissionalizantes, a minoria dos entrevistados os possui. Isso ocorre, entre outros fatores, devido à falta de motivação da empresa na realização de cursos e a pouca disponibilidade na cidade. **Conclusão:** Todos os trabalhadores entrevistados alegam que os treinamentos e as especializações podem sim trazer benefícios para sua vida profissional. No entanto, apenas alguns deles já fizeram algum curso técnico, o que contrasta com a opinião positiva sobre os treinamentos. Observou-se, ainda, que a empresa não realiza qualquer tipo de treinamento para a capacitação de seus colaboradores. De modo geral, a cidade de Montes Claros ainda carece de serviços voltados ao desenvolvimento de pessoas no setor da construção civil, uma vez que se trata de uma região que se encontra em constante expansão, podendo ser uma oportunidade de investimentos.

Palavras-Chave: Colaboradores. Construção Civil. Especialização. Treinamento.

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE JARDINS DE CHUVAS PARA MINIMIZAÇÃO DAS ENCHENTES

Kananda de Oliveira Teixeira
Rayanne Caires Teixeira
Vanderson Aguiar Santos

Objetivo: Apresentar um dimensionamento de um jardim de chuva para a acumulação de água pluvial, minimizando o pico de cheia e promovendo a preservação da água para reaproveitamento urbano. **Materiais e Métodos:** Determinou-se uma bacia de contribuição em que foi identificado um coeficiente Escoamento Superficial, em seguida, foi feito um projeto de dimensionamento do sistema de biorretenção, em que se estabeleceu pelo método racional a vazão produzida pela precipitação determinada através da comparação dos tempos de retorno de 2, 5 e 10 anos. De posse dos dados coletados, foi dividida em duas partes a escolha do dimensionamento do Jardim de Chuva: área e estrutura. Efetuou-se um estudo de custo para a construção do Jardim de Chuva, baseando nos valores da Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e cotação de mercado. **Resultados:** O armazenamento do Jardim de Chuva foi dimensionado com uma capacidade para receber e armazenar 535,10 m³ sob a bacia de contribuição, sendo posteriormente utilizadas para reaproveitamento urbano. O custo por metro quadrado do Jardim ficou em R\$ 320,75. **Conclusão:** Foi avaliado que o Jardim de Chuva teve êxito com a confirmação de que sua instalação na área escolhida contribuiria sim para a minimização dos impactos causados pelas inundações, advindas de chuvas e o mau dimensionamento do sistema de drenagem, bem como promovendo a preservação da água para reaproveitamento urbano.

Palavras-chave: Drenagem pluvial. Inundação urbana. Jardim de Chuva. Biorretenção. Reaproveitamento.

ESTUDO DA PRODUÇÃO DE CONCRETO PARA CONTRAPISO COM ADIÇÃO DE AGREGADOS RECICLADOS DE ALVENARIA

Paloma Daniella Rabelo de Castro
Suzyanny Dias Gusmão

RESUMO

Objetivo: Avaliar a viabilidade de adicionar agregados reciclados de alvenaria como agregado na confecção de concreto para a execução de contrapiso. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa experimental, exploratória e quantitativa. A pesquisa foi dividida em etapas; foi feita a determinação da granulometria das amostras e ensaios de massas específicas e absorção d'água. Foram moldados 15 corpos de prova, substituindo a brita pelo resíduo de alvenaria e alterando sua porcentagem gradativamente em 0%, 25%, 50%, 75% e 100%, sendo três corpos de prova para cada traço. Em outra etapa, foram realizados os ensaios de abatimento do Tronco de Cone – *Slump Test*. **Resultados:** Foi observada uma queda da resistência, conforme aumentamos a quantidade dos resíduos de alvenaria no traço.

Todavia, obtivemos os resultados esperados para que o resíduo de alvenaria seja reutilizado como agregado graúdo no concreto para contrapiso. **Conclusão:** Os resultados obtidos foram satisfatórios na ótica do redirecionamento dos resíduos que foram reciclados e não descartados ao meio ambiente. Mesmo com uma queda na resistência à compressão, comparando o traço um com o traço número cinco, obteve-se um bom resultado. A média atingida foi de 10,6 (MPa). Não há, até o presente momento desta pesquisa, uma NBR específica, exigindo MPa mínimo para o concreto a ser utilizado no contrapiso.

Palavras-chave: Inovação. Sustentabilidade. Alvenaria em concreto. Resíduos de construção e demolição.

MATERIAL HIDROFÓBICO PARA AUMENTAR EFICIÊNCIA DA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Daniel Silveira Aguiar Cruz
Gabrhyel Chrystthopher Cruz Barros de Brito
Vanderson Aguiar Santos

RESUMO

Objetivo: Comparar a ação de um revestimento hidrofóbico em um telhado residencial no que tange à contribuição em maior volume na captação da água da chuva, analisando um protótipo de um telhado de duas águas, uma com revestimento e outra sem revestimento. **Materiais e Métodos:** Desenvolveu-se, para o estudo, um protótipo de telhado de duas águas com telha cerâmica Americana, denominado Telhado Tipo; um simulador de chuva; coletores adaptados (canos Ø150mm cortados) para a coleta da água captada; balança de precisão para pesagem da água coletada; material em spray hidrofóbico *Never Wet*, para revestir uma água do telhado. Realizaram-se três testes com a simulação da chuva representando uma intensidade de 0,64 mm/min em uma duração de 3 minutos em cada teste. Os testes realizados de coleta da água foram com telhado seco e molhado, o último teste para se comprovar os resultados obtidos nos dois primeiros, foi feita uma análise da água residual no telhado. **Resultados:** Algumas gotas aglutinaram na telha da água do telhado com o revestimento hidrofóbico, fazendo com que o coletor ao lado captasse menos que o coletor ao lado da água sem o revestimento, nos testes com o telhado seco e molhado. O terceiro teste (água residual) comprovou os resultados anteriores apontando para uma quantidade de água acumulada no telhado com revestimento quase 10 vezes maior que no telhado sem o revestimento. **Conclusão:** O telhado sem revestimento (convencional) possui uma maior eficiência da captação de águas pluviais.

Palavras-Chave: Captação. Chuvas. Revestimento Hidrofóbico. Telhado. Eficiência.

O REÚSO DE ÁGUAS CINZA EM RESIDÊNCIAS

Camila Azevedo Alves Gonçalves
José Ricardo Gusmão Filho
Suzyanny Dias Gusmão

RESUMO

Objetivo: Avaliar a viabilidade da implantação do sistema de reúso de águas cinza em residências para a redução do consumo de água potável. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva. O sistema foi desenvolvido com base na Norma Brasileira NBR 13969 (ABNT, 1997), que estabelece a necessidade de tratamento dos efluentes e seu devido reúso, desde que os resíduos gerados sejam de origem doméstica ou tenham características similares. Esse sistema consiste em captar, filtrar e armazenar a água cinza de uma residência disponibilizando-a para o reúso. **Resultados:** Nos cinco meses de acompanhamento da residências em o sistema de captação de água, foram utilizados no total 64.000L de água e ao todo pagou-se R\$ 514,77. Contudo, nos cinco meses após a instalação do sistema de captação de água, foram gastos 42.000L de água e o valor pago foi de R\$294,50, ou seja, a economia de água foi de aproximadamente 34,38%, e em relação aos valores pagos existiu uma economia de 42,79%. Os resultados obtidos foram satisfatórios quanto ao quesito economia, uma vez que a implantação do sistema tem baixo custo e a economia gerada por ele é bastante relevante em residências uni familiares. **Conclusão:** Através das análises decorridas, foi possível observar que com a reutilização de água cinza, o consumo de água potável diminui de forma considerável, mostrando a eficácia do sistema.

Palavras-chave: Reutilização. Água cinza. Crise hídrica. Sustentabilidade.

REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA FRESAGEM DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA A PRODUÇÃO DE NOVOS REVESTIMENTOS

Afonso Tiago Rocha
Igor Tiago Lopes
Suzyanny Dias Gusmão

RESUMO

Objetivo: Estudar o comportamento de revestimentos fabricados através da reutilização de resíduos oriundos da fresagem de pavimento asfáltico, e possível viabilidade para a manutenção de vias da cidade de Montes Claros – MG. **Materiais e Métodos:** O estudo apresenta caráter observacional, experimental, transversal e quantitativo. A amostra de material fresado que foi utilizada é proveniente das obras de restauração do pavimento na BR-251, trecho entre Montes Claros e Francisco Sá. Foram produzidos 6 corpos de prova, sendo 3 para compressão simples e 3 para o próximo ensaio que foi o “Ensaio de tração por compressão diametral” como mínimo estipulado pela norma DNIT 167/2013-ES. **Resultados:** O material submetido a ensaio de granulometria apresentou granulometria esperada sem que necessitasse da adição de insumos virgens. Para o ensaio de compactação, foram produzidos 5 corpos de prova, foi obtido um valor de 1,53 g/cm³ de massa específica aparente seca ótima para 1,52% de umidade ótima e um ISC de 13%. Nos ensaios de compressão simples e tração por compressão diametral, os resultados foram respectivamente 2,32 Mpa e 0,21 Mpa. **Conclusão:** Os resultados foram satisfatórios tecnicamente, mas para uma análise mais ampla, quanto à reutilização do material fresado na produção de novos revestimentos, são necessários estudos posteriores.

Palavras-chave: Pavimentação asfáltica. Fresagem asfáltica. Reutilização de material fresado.

ENGENHARIA DE ALIMENTOS

ALTERAÇÃO NUTRICIONAL E DAS CARACTERÍSTICAS DO SUCO DA POLPA DE MORANGO NATURAL

D'ieisy Enny Souza Mota
Debora Lorena Ribeiro Barbosa
Warley Basílio Batista

RESUMO

Objetivo: Alterar características nutricionais do suco de polpa de frutas, intensificando sabor e tornando-o funcional. **Materiais e Métodos:** Desenvolveu-se uma polpa de morango com alterações em suas características, pela adição da farinha de pectina de laranja, farinha de banana verde e extrato da casca de abacaxi; as análises físico-químicas foram realizadas nos laboratórios das Faculdade Integradas do Norte de Minas - FUNORTE, campus Fasi; as três formulações foram submetidas ao teste sensorial de aceitação, ordenação e comparação múltipla. **Resultados:** Dentre as análises físico-químicas, açúcares redutores e açúcares não redutores mostraram-se estatisticamente diferentes; com respeito à análise sensorial, 51% dos julgadores aceitaram bem as diferentes formulações com preferência para a polpa de morango acrescida de extrato de casca de abacaxi para o atributo sabor; na comparação múltipla para o atributo cor, aquela formulação acrescida de farinha de banana mostrou-se diferente do padrão. **Conclusão:** A amostra mais bem aceita com relação ao sabor foi aquela acrescida de extrato de casca de abacaxi e, quanto ao atributo cor, aquela acrescida de farinha de banana foi diferente do padrão.

Palavras-chave: Morango. Valor Nutritivo Alimento Funcional.

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE FARINHA DE BARU, ANÁLISE SENSORIAL DO BARU TORRADO EM DIFERENTES TEMPOS E DO BOLO COM FARINHA DE BARU (*Dipteryx alata* Vog.)

Fernanda de Oliveira Santos
Paula Patrícia Rabelo de Souza
Warley Basílio Batista

RESUMO

Objetivo: Avaliar o Baru quanto à torra em diferentes tempos, os seus valores nutritivos e verificar a aceitabilidade das diferentes formulações de Bolos Integrais. **Materiais e Métodos:** Pesquisa aplicada, na qual desenvolveu-se farinha de Baru que, após torrefação em diferentes temperaturas, foi analisada em laboratório; produziram-se formulações de bolos integrais com a farinha que foram submetidos à análise de comparação múltipla. Para se escolher o tempo de torra mais adequado para a farinha, Baru torrado em diferentes tempos

foi submetido à análise sensorial; para as análises sensoriais foram escolhidos aleatoriamente julgadores não treinados dos cursos de engenharia em período noturno das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE. **Resultados:** O Baru torrado em diferentes tempos foi muito bem aceito, com destaque para o tempo de torra de 30 min, o qual gerou a farinha para a preparação das diferentes formulações dos bolos; Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas para os atributos Aroma, Sabor e Cor nas diferentes formulações de bolos integrais. **Conclusão:** As diferentes formulações de bolos, sem glúten e/ou sem lactose, podem ser consumidas sem prejuízo dos atributos, cor sabor e aroma, favorecendo o consumidor que possui restrições alimentares.

Palavras-chave: Baru, Farinha, Doença Celíaca, Bolo Integral.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE CONSERVAS ARTESANAIS DE POLPA DE PEQUI (*Caryocar brasiliense*) COMERCIALIZADAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Marisol Guimarães Silva Veloso
Savio de Almeida Cavalcante
Janine Kátia dos Santos Alves
Suely Rodrigues Pereira

RESUMO

Objetivo: Analisar as características microbiológicas da conserva artesanal da polpa do pequi (*Caryocar brasiliense*) comercializada no Mercado Municipal de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, Brasil. **Materiais e Método:** O experimento foi realizado nos laboratórios de Química e Microbiologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE. As polpas de pequi foram adquiridas em cinco bancas do Mercado Municipal, totalizando 10 amostras. As polpas em conservas foram submetidas às análises de contagens de coliformes totais, presença e identificação de *Staphylococcus coagulase* positiva e identificação de *Salmonella spp.* Os dados foram tabulados e armazenados no Microsoft Office Excel 2007® para a confecção de tabelas e gráficos. **Resultados:** Coliformes totais foram observados em 70% das amostras de conserva artesanal de pequi, obtendo-se valor médio maior que 3,0 NMP/g, assim como 50% apresentou *Staphylococcus coagulase* e 40% *Salmonella spp.* A contagem dessas bactérias é útil no monitoramento microbiológico de alimentos processados, pois está relacionada à falta de higiene dos manipuladores do produto. **Conclusão:** As conservas artesanais de polpa de pequi analisadas estão impróprias para consumo, podendo oferecer riscos à saúde humana.

Palavras - chave: *Caryocar brasiliensis*. Avaliação microbiológica. Coliformes totais. *Staphylococcus coagulase*. *Salmonella spp.*

ANÁLISE QUALITATIVA DE REFRIGERANTES A PARTIR DE MÉTODOS FÍSICO – QUÍMICOS

Renato César Oliveira Filho
Thaislane Miranda Fonseca
Janine Kátia dos Santos Alves e Rocha

RESUMO

Objetivo: Analisar a qualidade dos refrigerantes e quantificar açúcares redutores e não - redutores em amostras de diferentes marcas e sabores através de análises físico-químicas específicas. **Materiais e Método:** Trata-se de estudo quali-quantitativo, transversal, bibliográfico e descritivo. Para o desenvolvimento do trabalho, foram coletadas duas amostras de refrigerantes de diferentes marcas e sabores, como cola, guaraná, laranja, uva e limão, à temperatura ambiente, conforme as embalagens disponíveis no comércio de Montes Claros - MG. O método de análise utilizado para a determinação de açúcares redutores e não - redutores foi o sugerido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e Instituto Adolfo Lutz, denominado titulométrico de oxidação de Eynon. Ainda, foram realizados testes analíticos, como picnômetro, densidade e determinação do grau °Brix para a avaliação da qualidade do produto. **Resultados:** Os refrigerantes apresentaram valores de densidade relativa que variaram entre 1,0500 e 1,0590. No entanto, Guaraná *diet*, Limão *diet* e Cola *diet* apresentaram menores valores de densidade relativa que variaram de 1,000 a 1,001. Foi possível observar que as bebidas tipo Cola, apresentaram menores valores de pH, demonstrando maior acidez em comparação às demais. Para os refrigerantes Cola *diet*, Limão *diet*, Limão, Guaraná *diet*, foram observados valores °Brix iguais a 0,5, demonstrando que *diets* possuem menor concentração de sólidos solúveis contida em uma solução de açúcar; o que comprova que possuem 0% de açúcar na composição. Os métodos qualitativos são eficazes porque utilizam-se das propriedades redutoras dos açúcares, havendo determinação dos produtos das reações titimétricas e gravimétricas. **Conclusão:** Foi possível verificar que todos os sabores e marcas de refrigerantes analisados estão nos padrões exigidos pela Portaria nº 703/96 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Palavras-chave: Refrigerantes. Açúcares Redutores. Método titulométrico. Controle de Qualidade.

ANÁLISE SENSORIAL DA GELEIA DA FARINHA DA SEMENTE DE ABÓBORA (*Cucurbita maxima*, L.)

Josiane Cardoso de Araújo
Sara Magalhães Pinto
Suely Pereira Rodrigues
Ronilson Ferreira Freitas

Objetivo: Avaliar as características sensoriais da geleia produzida utilizando a farinha da semente da abóbora (*Cucurbita maxima*, L.). **Materiais e Métodos:** A produção da geleia foi realizada nas dependências das Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte. Após a produção das amostras, foi efetivada a análise sensorial, objetivando aferir a aceitabilidade da formulação da geleia. Os testes foram aplicados a um grupo de 30 julgadores não treinados. Será aplicado um teste de aceitação que visará avaliar a aceitabilidade do consumidor à amostra de geleia usando escala hedônica de 5 pontos. O banco de dados foi digitado e armazenado no Microsoft Office Excel 2010[®]. A análise dos dados foi realizada no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os dados obtidos foram analisados estatisticamente pela análise de variância (ANOVA). Foram comparadas sensorialmente 3 amostras de geleia: uma preparada (geleia da semente de abóbora) e outras 2 comerciais (geleia de amendoim e leite condensado). **Resultados:** Os resultados obtidos na análise

sensorial, através do teste de aceitação, mostrou pela análise estatística descritiva das médias e o teste Análise de Variância (ANOVA) que o F encontrado foi maior do que o F crítico, o que indica haver diferença significativa entre as amostras ao nível de 5% de significância, o que mostra que a geleia da semente de abóbora foi mais aceita pelos provadores não treinados em relação às demais. **Conclusão:** Verificou-se um alto índice de aceitabilidade e intenção de compra para o novo produto, tornando-o viável para a comercialização.

Palavras- Chave: Abóbora. *Cucurbita maxima*. Farinha de Semente. Geleia

ANÁLISE SENSORIAL DE HAMBÚRGUER FUNCIONAL DE FARINHA DE PEITO DE FRANGO

Gleice Josielle Pereira Siqueira
Luciana Ramos de Abreu
Janine Kátia dos Santos Alves e Rocha

RESUMO

Objetivo: Avaliar a aceitabilidade de hambúrguer funcional de farinha de peito de frango por acadêmicos do curso de educação física de uma instituição de ensino superior do norte de Minas Gerais. **Materiais e Método:** O estudo apresenta caráter experimental e quantitativo. O experimento foi realizado nos laboratórios de Gastronomia e Bromatologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas, onde o peito de frango foi desidratado e triturado resultando na farinha a ser utilizada. Posteriormente, elaborou-se o hambúrguer funcional de farinha de peito de frango acrescido de farinha de linhaça. Após a confecção das amostras, foi realizada análise sensorial hedônica de nove pontos com um grupo de 50 julgadores não treinados. **Resultados:** A avaliação dos atributos pesquisados foi positiva, mostrando que o produto atendeu à expectativa dos provadores. Dentre os 50 participantes da análise, 72% eram do sexo masculino e 28% do sexo feminino.. As médias obtidas nos testes de aceitação para o parâmetro cor ficaram entre “gostei muito” (8,0) e “gostei muitíssimo” (9,0), assim como para o sabor. Para o atributo textura, obtiveram-se médias entre “gostei moderadamente” (7,0) e “gostei muitíssimo” (9,0). Os dados foram tabulados no software computacional Microsoft Excel®. **Conclusão:** O produto desenvolvido apresentou boa aceitabilidade pelos participantes da pesquisa, viabilizando a utilização desses ingredientes na elaboração do hambúrguer de farinha de peito de frango.

Palavras-chave: Alimentação Saudável. *Fast-Food*. Teste de aceitabilidade.

AValiação DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO PACUÍ- MG

Jovelino Carneiro Magalhães Junior
Rafael Ribeiro Dias
Warley Basílio Batista

RESUMO

Objetivo: Avaliar os padrões físico-químicos e microbiológicos da água para a abastecimento e o consumo humano da cidade de São João do Pacuí - MG. **Materiais e Métodos:** Pesquisa aplicada, de caráter quali-quantitativa e corte transversal; amostra coletada de 3 pontos situados na zona urbana da cidade, em triplicata, com volume de 1,5L para as análises físico-químicas e volume de 100mL para as análises microbiológicas, no período de maio a junho de 2018 em semanas consecutivas; as análises foram realizadas no laboratório das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE, seguindo “Métodos Laboratoriais de Análises Físico-Químicas e Microbiológicas (MACÊDO, 2005). **Resultados:** O pH e dureza não mostraram diferença estatisticamente significativa entre si, já a acidez demonstrou diferença estatisticamente significativa para a amostragem 3 em relação às anteriores; microbiologicamente o ponto de amostragem 2 se mostrou muito superior aos demais em contaminação por coliformes totais. **Conclusão:** Do ponto de vista físico-químico, a água que abastece a cidade é considerada potável; do ponto de vista microbiológico a água não pode ser considerada potável, sendo necessário, para comprovação, de mais tempo de amostragem.

Palavras-chave: Água potável, Controle de Qualidade, Processos Microbiológicos.

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS OCUPACIONAIS EM PROFISSIONAIS DE PANIFICADORAS E FRIGORÍFICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kamilla Raíssa Silva

Janine Kátia dos Santos Alves e Rocha

Suely Rodrigues Pereira

RESUMO

Objetivo: Realizar revisão sistemática de literatura sobre o risco ocupacional em ambientes de frigoríficos e panificadoras. **Materiais e Métodos:** Revisão de literatura obtida de pesquisa na base de dados informatizada Scielo nacional e internacional em que foram encontrados no total 25 artigos. **Resultados:** As doenças ocupacionais prevalentes em panificadoras e frigoríficos foram o estresse, distúrbios musculoesqueléticos/ osteomusculares, depressão, LER/DORT (lesões por esforço repetitivo), transtornos mentais e comportamentais. Nesse contexto, os colaboradores que exercem função no frigorífico de recepção e limpeza dos currais, ou seja, em áreas externas estando expostos diretamente à radiação solar ultravioleta (UV) ficam susceptíveis a doenças que só irão aparecer no decorrer dos anos. Ainda, foi possível observar problemas de saúde frequentes, como amputações de membros, lacerações severas, queimaduras e até mesmo intoxicações por produtos de limpeza. **Conclusão:** Diante disso, faz-se necessário buscar medidas de melhorias para o trabalho, objetivando a eliminação ou redução de fontes de doenças ocupacionais.

Palavras-chave: Doenças ocupacionais. Riscos ergonômicos. Acidentes de trabalho. Padaria. Frigorífico.

JORNALISMO

A NUDEZ ATRAVÉS DOS ENSAIOS DAS REVISTAS PLAYBOY E SEXY

Vitor Aparecido Silva Costa

Lidiane da Silva Santos

RESUMO

Objetivo: Discutir sobre os conceitos a respeito da representação do nu nas páginas das revistas *Playboy* e *Sexy* comercializadas no Brasil, para a compreensão do que é de fato sensual, erótico ou pornográfico. O foco do estudo é identificar como são as representações fotográficas nesses ensaios, deixando de lado o que o senso comum julga ser a pornografia o produto principal dos ensaios contidos nesses veículos. E assim mostrar que há uma preocupação estética na elaboração das fotografias das duas principais revistas eróticas para o público masculino heterossexual. **Conclusão:** Partindo da análise feita, é retirada essa mitificação de que as revistas eróticas possuem apenas um ensaio de mulheres nuas.

Palavras-chave: Jornalismo Erótico. Nu. Playboy. Sexy

GAME OF THRONES: A EVOLUÇÃO DE SANSÁ STARK

Isabela Tayrine Pinto
Elpidio Rodrigues da Rocha Neto

Objetivo: Utilizar o jornalismo cultural para, por meio de um suplemento, mostrar a trajetória da personagem Sansa Stark na série de TV norte-americana, da primeira temporada, lançada em abril de 2011, até a sétima, exibida em 2017. **Materiais e Métodos:** Na metodologia, foi utilizada uma abordagem qualitativa com a coleta dos dados fundamentada na pesquisa bibliográfica, discutindo as temáticas de jornalismo cultural, bem como informações sobre a série de TV. O jornalismo cultural se encaixa na proposta do artigo porque aborda a cultura discutindo o comportamento, os hábitos sociais e a perspectiva político-econômica que está representada nos produtos da indústria cultural. A abordagem da pauta é o desenvolvimento da personagem evoluindo de arquétipos comumente utilizados para retratar mulheres nas séries de TV. **Resultados:** Ao propor discussões sobre os produtos midiáticos, o jornalismo cultural fornece subsídios para a discussão do seriado numa perspectiva mais ampla e consistente. Já a discussão sobre a representação da mulher nos produtos culturais, é um assunto abrangente e que tem-se transformado nos últimos tempos. Nesse aspecto, a série de TV traz um número de identidades femininas variadas, sendo a obra mais próxima de representar a pluralidade existente na vida real. **Conclusão:** É perceptível o interesse de outras pesquisas sobre as mulheres de *Game of Thrones*, demonstrando como a obra é rica em representatividade e que o assunto não se esgotará tão facilmente. Assim, este artigo não é e nem tem a pretensão de ser definitivo quanto aos produtos de entretenimento da indústria cultural.

Palavras-chave: Jornalismo Cultural. Suplemento. *Game of Thrones*. Sansa Stark.

JORNALISMO COMO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO SOBRE O AUTISMO

Denise Jorge de Souza
Elpidio Rodrigues da Rocha Neto

RESUMO

Objetivo: Utilizar o jornalismo interpretativo para produzir um documentário registrando personagens e “histórias de vida” de pessoas que convivem, acompanham ou possuem a síndrome do autismo. **Materiais e Métodos:** Na metodologia, foi utilizada uma abordagem qualitativa com a coleta dos dados fundamentada na pesquisa bibliográfica, informações na internet e entrevista em profundidade com oito personagens – autistas, seus familiares e especialistas. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, os dados coletados foram a base para a produção de um documentário, gênero escolhido por conseguir expor, com maior propriedade e subjetividade, o assunto abordado. Os instrumentos utilizados no projeto foram gravador digital, câmera Canon Eos 70d Dslr e softwares de edição de imagem. **Resultados:** Discutir o autismo é um tema abrangente e, a partir do documentário produzido, busca-se estimular a realização de outros trabalhos sobre os autistas e seus desafios diários, pois o TEA é uma síndrome intrigante que desafia a ciência e não existem tratamentos eficazes e seguros que possibilitem uma cura. Além disso, existe o preconceito que cria inverdades acerca do transtorno. **Conclusão:** As mídias têm um papel de divulgar informações para aprimorar a qualidade de vida de todos os cidadãos acometidos por transtornos e síndromes; afinal, o conhecimento é fundamental para lidar com as dificuldades geradas pelas condições médicas provocadas pelo TEA e similares.

Palavras-chave: Jornalismo Interpretativo. Documentário. Autismo.

JORNALISMO COMUNITÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Gabriele Santos Silva
Rodrigo Silva Pires
Ângela Márcia da Silva Braga

RESUMO

Objetivo: Analisar a atuação do jornalismo comunitário, sua contribuição para a rádio comunitária e entender como as demandas dessa comunicação atuam na visibilidade dos diversos grupos que compõem o meio social. Além disso, através da rádio comunitária, compreender a participação das comunidades e o uso dessa ferramenta que visa à cidadania e à participação da comunidade. **Materiais e Métodos:** A pesquisa é descritiva e tem como objetivo expressar a colaboração do jornalismo comunitário, e evidenciar a participação direta do cidadão como emissor e não apenas consumidor e receptor da informação. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica, análise de artigos e textos já publicados. Nesse sentido, a discussão é fundamentada em conteúdos já publicados para o desenvolvimento do trabalho. **Conclusão:** A decisão de ler e pesquisar e ainda produzir um artigo científico trouxe-nos uma grande experiência de vivenciar todas as etapas de estudos teóricos e colocar o conhecimento em prática.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário. Cidadania. Rádio Comunitária.

O USO DO FACEBOOK NA PRODUÇÃO E APURAÇÃO JORNALÍSTICA

Gean Carlo Xavier dos Santos

Luana Mendes Silva Pereira
Elpidio Rodrigues da Rocha Neto

RESUMO

Objetivo: Utilizar o jornalismo online para produzir um suplemento no qual se discute o uso do Facebook na apuração jornalística e na pesquisa de pautas. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem exploratória, qualitativa e descritiva desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas e coleta de dados na internet; foram entrevistados cinco jornalistas e avaliadas 30 postagens, do período de 24 de junho a 29 de dezembro de 2017, na página do Facebook do jornal O Norte de Minas. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, os dados coletados foram a base para a produção de um suplemento que se aproxima se e estrutura conforme as práticas de uma revista. Os instrumentos utilizados no projeto foram Câmera Nikon D5200, gravador Sony Px 240 4gb e os softwares de diagramação Adobe Photoshop e CorelDRAW X8. **Resultados:** A discussão sobre o jornalismo online, que está imerso em tecnologia que evolui continuamente, traz questões sobre a importância e necessidade de ampliar o acesso da sociedade à internet, assim como capacitar os profissionais que trabalham divulgando conteúdos no Facebook. **Conclusão:** O trabalho de decidir, pesquisar, ler e produzir o artigo científico associado a um produto comunicacional proporcionou a experiência de viver a prática da rotina do jornalista buscando uma sintonia entre os conteúdos teóricos estudados e as atividades práticas desenvolvidas durante o curso. Elaborar o suplemento possibilitou enxergar a importância de informar e sensibilizar público e profissionais sobre as relações entre jornalismo e mídias sociais.

Palavras-chave: Jornalismo Online. Apuração. Facebook. Suplemento.

PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA

Ane Gabriele Souza Mello
Marina Pereira Marques
Maria Fernanda Ruas Abreu Marques Moura

RESUMO

Objetivo: Verificar a abordagem do jornalismo de agronegócio a fatos importantes, como a tradição da produção da farinha de mandioca pelo Brasil. Não há pretensão neste estudo em aprofundar-se na análise do discurso dos veículos de comunicação. **Materiais e Métodos:** Pesquisa descritiva, leitura bibliográfica de livros, artigos, coleta de dados disponíveis na web. **Resultados:** O agronegócio é uma especialização do jornalismo pouco difundida, mas muito importante, visto que, por exemplo, a produção de farinha de mandioca é muito importante para a economia, assim como outros assuntos abordados por esta área. **Conclusão:** O uso do jornalismo agronegócio é um instrumento colaborativo, e com isso, tem o objetivo de levar informações mais claras e objetivas à sociedade.

Palavras-chave: Jornalismo de Agronegócio. Farinha de Mandioca. Agricultura Familiar.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB A ÓTICA DA MÍDIA

Ramiro de Freitas Prates.

Maria Fernanda Ruas Abreu Marques Moura.

RESUMOS

Objetivo: Mostrar a discussão sobre a redução da maioria penal e sua relevância no campo midiático, ou seja, como a mídia televisiva trata este assunto, haja vista os debates calorosos e recorrentes sobre a temática na sociedade brasileira. Tendo em vista que a televisão é um grande formador de opinião pública, o artigo pretende analisar a redução da maioria penal sob a ótica televisiva. De maneira específica, objetiva realizar um breve contexto histórico sobre o telejornalismo no Brasil; analisar o papel da mídia diante dos fatos que envolvem crimes cometidos por adolescentes; e identificar a relação entre a mídia e as propostas de redução da maioria penal no Brasil. **Materiais e Métodos:** Método histórico-dialético, de abordagem bibliográfica, tendo como fonte de consulta artigos, dissertações e legislação que versam sobre o tema em foco, além de reportagens de televisão. **Resultados:** Este estudo evidenciou que a televisão é uma das maiores instituições formadoras da opinião social, de modo que exerce forte influência sobre os debates acerca da maioria penal no Brasil. **Conclusão:** Concluiu-se, assim, que, embora a temática divida opiniões e argumentos, é unânime o entendimento do poder que a mídia exerce sobre a opinião pública, influenciando, inclusive, os debates sobre a redução da maioria penal.

Palavras-chave: Telejornalismo. Documentário de TV. Maioria Penal.

SURDOS E TELEJORNALISMO: A PRODUÇÃO DO TELEJORNAL VISUAL NEWS

Alejandro Rosemberg Nogueira dos Santos

Rodrigo Barbosa Santos

Elpidio Rodrigues da Rocha Neto

RESUMO

Objetivo: Utilizar o telejornalismo para produzir um telejornal para surdos, em Montes Claros. **Materiais e Métodos:** O projeto se organiza em uma pesquisa exploratória com o levantamento de dados bibliográficos e a realização de entrevistas com oito personagens. O estudo foi realizado com a participação da Associação de Surdos de Montes Claros (ASMOC), no primeiro semestre de 2018. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, as entrevistas coletadas foram usadas na construção de um telejornal. Os instrumentos utilizados no projeto foram câmeras Canon T4i e Canon T5i, microfone lapela e software de edição Adobe Première. **Resultados:** A divulgação das informações na TV vem se preocupando com a acessibilidade e a inclusão de minorias, o que representa o amadurecimento da linguagem televisiva e se mostra como um grande aliado para o público surdo, que busca nos telejornais uma fonte de informação diária sobre os acontecimentos da sociedade. Um espaço da comunidade surda em busca da igualdade e que alcançou avanços fazendo com que a Língua Brasileira de Sinais ganhe mais espaço nas emissoras de televisão. **Conclusão:** O projeto do telejornal Visual News representa uma iniciativa de grande relevância para a comunidade surda em Montes Claros e região, pois reforça o debate sobre as necessidades do público

envolvido oferecendo possibilidades e perspectivas sobre a comunicação por Libras, considerada como a segunda língua oficial do Brasil, nos meios de informação de massa.

Palavras-chave: Telejornalismo. Telejornal. Surdos.

MEDICINA VETERINÁRIA

ADENOMA DE GLÂNDULA SEBÁCEA EM LEÃO - RELATO DE CASO

Antônio Henrique Albuquerque Costa
Izabella Fernanda Lessa Maia
Patrícia Natalícia Mendes De Almeida
Ana Paulina de Abreu

RESUMO

Abrigos e recintos fornecem condições diferentes daquelas que os animais teriam em sua vida livre, alterando o clima, competição e falta do alimento e o processo de degradação ambiental. Portanto, a vida desses animais se torna mais longa graças a cuidados de saúde adequados e protegidos contra o estresse. Os animais silvestres cativos vivem por muito mais tempo se comparados com animais da mesma espécie que vivem livres na natureza, por isso o grande número de animais geriátricos está presente nos zoológicos. Como consequência, o câncer se torna cada vez mais frequente nesses animais. Nos felinos, os tumores de pele têm uma alta incidência, e ocupam o primeiro lugar em frequência de diagnósticos, representando 20% dos tumores na espécie. Entre as neoplasias cutâneas, os tumores sebáceos fazem parte de um grupo pouco comum. As neoplasias de glândulas sebáceas são tumores encontrados na pele e seus anexos cutâneos. Neste estudo, foram descritos procedimentos, clínicos, cirúrgicos e exames de um leão macho, espécie *Panthera leo*, residente do Zoológico Municipal da cidade de Montes Claros, diagnosticado com tumor cutâneo benigno, adenoma de glândula sebácea. O animal foi submetido a cirurgias de ressecção da massa tumoral, mas em 27 de março de 2008, o animal veio a óbito por falência múltipla dos órgãos devido à senilidade, não sendo relatada relação do tumor com o óbito. A escassez de estudos sobre desse assunto mostra a necessidade de novos estudos acerca dessa patologia.

Palavras-chave: Tumor cutâneo benigno. Animais silvestres. *Panthera leo*.

ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO MEL DE *APIS MELLIFERA* DE DIFERENTES FLORADAS COMERCIALIZADO NA CIDADE DE SALINAS, MG

Maria Gracielle Soares Gonçalves
Bruna Gomes da Silva
Getúlio Araújo Alves
Renê Ferreira Costa

RESUMO

O mel possui diferentes propriedades físicas e químicas por ser produzido a partir do néctar das plantas, logo, sua produção depende da abundância e qualidade das flores existentes no raio de ação das abelhas. É possível encontrar uma série de microrganismos presentes nesse produto e que serve como indicadores de qualidade. Realizaram-se, neste estudo, análises microbiológicas de méis de diferentes floradas realizadas na cidade de Salinas-MG; as amostras foram coletadas no mês de abril de 2018; foram avaliadas amostras duplicadas para cada florada. Para as análises de coliformes totais, foi realizado método do número mais provável (NMP), em que coletada as amostras de mel, utilizou-se uma parte de 25g de mel, para realizar a primeira diluição em 225 mL de água peptonada tamponada a 0,1%. Para a quantificação de bolores e leveduras, foi utilizado o método de (UFC) em que foi semeado em profundidade 1 ml de cada diluição decimal seriada, em duplicata, utilizando o ágar saborroud com clorifenicol, acidificado com ácido tartárico 10% até pH 3,5. Os resultados obtidos não apresentaram nenhuma contaminação positiva para Coliformes e Bolores e Leveduras, sendo estes aptos para o consumo humano.

Palavras-chave: Qualidade microbiológica; Florada; Mel.

AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR ANIMAL EM CAVALOS DE VAQUEJADA NO NORTE DE MINAS GERAIS, SEGUINDO AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VAQUEJADA

Ana Ariela Gusmão Versiani
Isadora Leite e Lopes
Suerlani Aparecida Ferreira Moreira
Rosa Beatriz Ribeiro Aquino

RESUMO

Objetivo: Avaliar o bem-estar dos cavalos atletas de vaquejada, seguindo as normas previstas na Associação Brasileira de Vaquejada. **Materiais e Métodos:** O estudo foi classificado como descritivo, com corte transversal e análise quantitativa em que os juízes de bem-estar animal foram entrevistados em quatro vaquejadas no período de março a maio de 2018 no norte de Minas Gerais. Os dados se sucederam a partir de tabulações no Microsoft Excel® 2013 e analisados em número e percentual, por meio de gráficos. Para a coleta, foi utilizado um questionário referente às avaliações feitas pelos juízes. **Resultados:** Dentre as quatro vaquejadas acompanhadas no norte de Minas Gerais, nas cidades de Mirabela, Lontra, Icaraí de Minas e Coração de Jesus, foram entrevistados 8 juízes de bem-estar animal e após a análise e tabulação dos dados verificou-se que, dos 2200 cavalos, obtiveram-se 237 animais advertidos, desses 80% das advertências por lesão foram causadas em cavalos puxadores, como apresentado no gráfico 1, sendo 77 animais atingidos por esporas, 13 foram advertidos por não estarem com a barbela do arreio isolado, 10 animais foram corridos em pista, 3 professoras estavam em contato com o animal e apenas 1 animal apresentou claudicação no pós-prova. **Conclusão:** Dos 2200 cavalos avaliados, 237 animais foram advertidos e 07 animais desclassificados.

Palavras-chave: Vaquejada, cavalos atletas, bem-estar animal, competição equestre.

BLITZ TERAPIA EM VACAS LEITEIRAS PORTADORAS DE *STREPTOCOCCUS AGALACTIAE*: REVISÃO DE LITERATURA

Bernardo Marques Mendes
Maurício Sérgio Ferreira Tupinã Júnior
Otaviano de Souza Pires Neto

RESUMO

Objetivo: Descrever a eficácia do protocolo de tratamento de vacas leiteiras acometidas pela mastite subclínica através da *Blitz* Terapia. A mastite é um processo ou resposta inflamatória da glândula mamária dos bovinos, que ocorre quando a glândula é colonizada por alguns tipos de microrganismos, interferindo na produtividade leiteira e em sua qualidade. Essa é uma das doenças infecciosas que causam maior impacto na bovinocultura leiteira do Brasil, levando a grandes perdas econômicas para as fazendas e granjas leiteiras. Esse processo inflamatório pode-se apresentar nas formas clínica e subclínica, sendo subdividida também como contagiosa ou ambiental. **Desenvolvimento:** A erradicação do *S. agalactiae* é possível devido à dificuldade que ele encontra em sobreviver fora da glândula mamária. Tendo em mente a eliminação do *S. agalactiae* do rebanho, logo se pensa em tratamento, cuja forma de maior resultado é fazendo o uso da técnica da *Blitz* Terapia, que é quando todos os animais infectados são tratados simultaneamente, objetivando a eliminação do agente. **Considerações finais:** A *Blitz* Terapia contra a mastite subclínica causada pelo *S. agalactiae* é eficaz quando usada de forma correta e contando com o uso de medicamentos aos quais o *S. agalactiae* seja mais sensível.

Palavras-chave: Mastite. Tratamento. Infecção. Glândula mamária.

BRUCELOSE BOVINA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Camilla Oliveira Parente
Elvis Fernando Farias Pinheiro
Renata Souza Leite Vieira

RESUMO

Objetivo: Fazer um levantamento bibliográfico sobre brucelose bovina, as implicações econômicas e sanitárias, bem como principais formas de transmissão, prevenção e controle da doença. **Materiais e Métodos:** O trabalho tem caráter descritivo e qualitativo, em que foram selecionados artigos no Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde, Portal Capes e Biblioteca presencial da FUNORTE, tendo como amostra os artigos encontrados com os seguintes descritores, brucelose bovina, bovinocultura, *Brucella abortus*. **Resultados:** A principal via de infecção de *Brucella* no organismo é a via oral, além do trato respiratório, pele, conjuntivas e trato genital. A maioria das infecções ocorre pelo contato direto e indireto com o agente, animais infectados e restos de placentas, fômites, água, leite. Os animais infectados transmitem as bactérias do gênero *Brucella* através do parto ou aborto, sendo que as fêmeas, após abortarem pela primeira vez, se tornam portadoras crônicas, eliminando a *Brucella spp.* nos dejetos que seguem o aborto ou o parto, ou através do colostro e do leite. Vários autores foram enfáticos em dizer que a brucelose causa perdas econômicas por ser uma zoonose de distribuição mundial. A menor taxa de prevalência de Brucelose Bovina pertence ao Estado de Santa Catarina e as maiores taxas na Região Centro-Oeste. **Conclusão:** A

Brucelose Bovina é uma enfermidade infectocontagiosa, mundial, que traz prejuízos à bovinocultura. Sem tratamento, mas controlada pelos órgãos do governo.

Palavras-chave: *Brucella*. Brucelose. Bactéria. Endemia.

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM UMA PROPRIEDADE RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS

Rodrigo Santos Brito
Pedro Paulo Ferreira
Suerlani Aparecida Ferreira Moreira

RESUMO

Objetivo: Verificar a viabilidade econômica de produção de leite em uma propriedade rural no município de Francisco Sá-MG. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo de caráter retrospectivo, descritivo, corte transversal e análise quantitativa. Foi tomada como referência uma fazenda localizada na cidade de Francisco Sá, Norte de Minas Gerais, onde foram coletadas informações do custo de produção da atividade leiteira da fazenda no período de 2015 a 2016. Foi realizado o estudo dos custos do processo da produção leiteira por meio de planilhas eletrônicas. Depois disso, os resultados foram analisados para averiguar a rentabilidade do negócio. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel® 2013 e analisados em número e percentual, por meio de gráficos. **Resultados:** A remuneração foi mais elevada no mês de junho; o fluxo de caixa apresentou um resultado positivo em todo o período, sendo o mês de julho o melhor resultado. As despesas de alimentação do rebanho em questão representaram 67,26% da receita total da atividade no período avaliado. **Conclusão:** A atividade leiteira na propriedade estudada apresenta viabilidade econômica, com fluxo de caixa positivo em todo o período, sendo o mês de julho o que apresentou melhor resultado. As maiores despesas estão relacionadas à alimentação das vacas em lactação.

Palavras-chave: Viabilidade; Produção; Sistema leiteiro.

INCIDÊNCIA DE CISTICERCOSE BOVINA EM ANIMAIS ABATIDOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, NORTE DE MINAS GERAIS

Ellen Katyane Santos Costa
Larissa Brito Souza
Patricia Natalicia Mendes de Almeida

RESUMO

A cisticercose bovina é uma doença de valor socioeconômico, desencadeando perdas econômicas à pecuária de corte e causa transtornos à saúde pública pelo fato de ser uma zoonose. Este trabalho teve como objetivo analisar a incidência de cisticercose bovina em animais abatidos em frigorífico sob serviço de inspeção Federal (SIF), situado no município de Montes Claros, MG, identificando o tipo de apresentação (vivo ou calcificado) e órgãos

acometidos. Foram inspecionados 4891 bovinos abatidos entre o período de 1º de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, identificando uma prevalência de 3,41% de cisticercos em carcaças; observou-se que o órgão mais acometimento foi o fígado com 79,04%, contradizendo a literatura. A disseminação da cisticercose está relacionada à falta de educação sanitária, sendo necessário desenvolver plano para controle e ações educacionais com a população, objetivando amenizar os transtornos causados pela doença.

Palavras-chave: *Cisticercus bovis*, *Taenia saginata*, endoparasitas, neurocisticercose, cisticerco.

MASTITE EM VACAS PRIMÍPARAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Felipe Magalhães Alvisi
Igor Renan Baleeiro Silva
Renta Souza Leite Vieira

RESUMO

Objetivo: Realizar uma revisão bibliográfica sobre mastite em vacas leiteiras primíparas, bem como formas de profilaxia, diagnóstico e tratamento. **Materiais e Métodos:** Revisão descritiva e qualitativa. Os dados foram obtidos através de buscas nas bases de dados eletrônicas Google acadêmico, Scielo, Lilacs e Medline, sendo selecionadas publicações em português acerca do tema, utilizando os seguintes descritores: mastite em vacas primíparas, mastite em novilhas, tratamento de mastite em novilhas, profilaxia de mastite e infecções intramamárias em novilhas. Foram selecionados artigos que contenham pelo menos uma das palavras chave. E, após análise, seleção e correlação dos dados pesquisados, produziu-se a revisão bibliográfica. **Resultados:** A mastite é um processo inflamatório das glândulas mamárias, apresenta-se nas formas clínica e subclínica, causada por um grande número de microrganismos. Esta patologia traz prejuízos ao leite tornando-o impróprio para o consumo humano, pois leva a alterações na concentração de lactose, proteínas e gordura. A mastite possui maior ocorrência em vacas primíparas nos primeiros dias após o parto. Desse modo, infecções intramamárias nas novilhas prejudicam o desenvolvimento do tecido glandular, assim, animais que têm a doença durante essa fase da vida, podem chegar à idade adulta com menor capacidade de produção de leite, pois tiveram a diferenciação das células secretoras afetada adversamente. **Conclusão:** Melhorar o manejo nas fazendas pode evitar contaminação das novilhas. O potencial da produção leiteira de uma vaca somente pode alcançar índices positivos, se as glândulas mamárias das novilhas não forem acometidas por transtornos graves.

Palavras-chave: Mastite. Novilhas. Tratamento de mastite. Infecções intramamárias em novilhas.

PLANTAS TÓXICAS PARA ANIMAIS DE PRODUÇÃO NO SEMI ÁRIDO BRASILEIRO – REVISÃO DE LITERATURA

Felipe Brandão de Oliveira
 Laura de Fátima Gonçalves Santos
 Patrícia Natalícia Mendes de Almeida

RESUMO

Os primeiros casos de intoxicação de animais de produção no Brasil foram descritos pelos portugueses, os quais foram responsáveis pela importação dos primeiros bovinos para o país. O Norte de Minas está situado em uma área que sofre com um longo período de estiagem, com isso as áreas de pastagem têm uma grande queda de produção de forragem, forçando os animais a buscarem cada vez mais outros meios de suprir suas necessidades nutricionais. A criação extensiva, em que os animais são criados em grandes áreas de pastagem, permite que a intoxicação por plantas tóxicas seja mais frequente, uma vez que falta manejo eficiente para a remoção dessas plantas na pastagem. As principais plantas, na região do semiárido que causam quadro toxêmico em animais de produção são: *Brachiaria humidicola* (espetudinha); *Enterolobium contortisiliquum* (tamburil); *Holocalyx balansae* Mich (alecrim-de-campinas); *Leucaena leucocephala* (leucena); *Mascagnia rígida* (quebra bucho); *Paulecourea marcgravii* Hill (cafezinho); *Solanum palinacanthum* (jurubeba); *Sorghum halepense* (capim-massambará); *Tetrapteryx multiglandulosae* (cipó-ruão). A escolha dos relatos de caso e revisões de literatura foi feita de forma minuciosa e avaliadas em relação à veracidade científica e comprovação de dados. Vale-se a exceção de, no máximo, 30% de referências que tenham publicação anterior ao período citado, objetivando melhor compreensão do tema, especialmente quando se tratar de definição, tratamento e identificação das plantas tóxicas. A seleção dos estudos e a avaliação da qualidade dos dados de cada artigo aconteceram em uma reunião de consenso, em que os dados foram selecionados de acordo com sua relevância frente ao assunto. Concluiu-se que o conhecimento dessas plantas, assim como seus efeitos nocivos aos animais, possibilita o manejo preventivo e, quando necessário, curativo.

Palavras-chave: Cerrado. Toxidez. Pastagem. Semintensivo.

RESISTÊNCIA MICROBIANA A FÁRMACOS UTILIZADOS NOS TRATAMENTOS DE MASTITE BOVINA POR *ESTAFILOCOCOS AUREUS*: REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Tupinambá Figueiredo Mota
 Gustavo Gomes Pereira
 Otaviano de Souza Pires Neto

RESUMO

Objetivos: Determinar se os padrões de resistência do *Staphylococcus aureus* aos principais fármacos utilizados nos tratamentos das mastites mudaram ao longo do tempo. **Materiais e Métodos:** Foi realizada uma pesquisa da literatura nacional e internacional, a fim de selecionar obras já publicadas em relação ao tema. A escolha dos relatos de caso e revisões de literatura foi feita de forma minuciosa e avaliadas em relação à veracidade científica e comprovação de dados. **Resultados:** A sensibilidade microbiana a antibióticos usados contra mastite por *S. aureus* “in vitro” foram de Cefotiofur (77,78%) Tetraciclina (44,46%) Sulfonamidas + Trimetopim (96,70%) Gentamicina (98,6%) Enrofloxacina (90,0%).

Considerações finais: O mais importante é trabalhar com a prevenção da doença para evitar o uso excessivo de antibióticos e conseqüentemente diminuir a resistência microbiana.

Palavras-chave: Bovinos. Mastite. *Staphylococcus spp.*

PSICOLOGIA

ANÁLISE DO IMPACTO DO CÂNCER INFANTIL NO SISTEMA FAMILIAR

Skarlat Jhessica Gonçalves Cruz
Thais Alves Ferreira
Maircon Rasley Gonçalves Araújo

RESUMO

Objetivo: Apresentar os impactos do câncer infantil no sistema familiar a partir da revisão sistemática da literatura. **Materiais e Métodos:** Foram utilizados artigos pesquisados em Banco de Dados como *Scielo* e *Lilacs*. Foram incluídos artigos originais que apresentassem os temas impactos psicológicos do câncer infantil e a abordagem terapêutica nesse contexto. Foram excluídos os artigos que, embora contemplassem o tema câncer infantil, não comentavam sobre os familiares do paciente. A busca abrangeu artigos publicados entre os anos 2008 a 2018 no idioma português. Os descritores utilizados foram: Câncer Infantil, Sistema Familiar, Sentimentos e Psicologia. **Resultados:** Foram selecionados 08 trabalhos considerados pertinentes ao estudo. Constatou-se que, quanto ao diagnóstico de uma doença grave, como o câncer, este impacta todo o sistema familiar como também influencia seu padrão de funcionamento, portanto, a experiência das pessoas de cuidar de um filho com câncer e as conseqüências do seu impacto em seu contexto familiar necessitam de uma escuta acolhedora, assim como de oportunidade para expressar sentimentos e ressignificar o processo. **Conclusão:** Foi possível compreender através do fenômeno estudado que o aparecimento do câncer no lar remete os pais a uma situação de abandono perante o mundo, pois a doença traz em si uma sensação de privação, tendo a Psicologia com seu conhecimento e compromisso ético, a função de preparar profissionais para trabalhar esta situação com a criança e com a família.

Palavras-chave: Câncer. Infantil. Família. Psicologia.

FACEBOOK PARA FINS DE RELACIONAMENTO

Alana Lima Soares
Larissa Ribeiro de Castro
Leonardo Augusto Couto Finelli

RESUMO

Objetivo: Verificar padrões de uso do *Facebook* por jovens adultos na construção de relacionamentos, a partir do levantamento de dados feito por meio de questionário online. **Materiais e Métodos:** Foi utilizado um questionário *online* alocado no Google Forms, um

site *Survey*. Utilizou o modelo de pesquisa quantitativa, pautada na coleta de dados, com o estudo de campo, e exploratória pelo fato de conhecer o sujeito e as informações deste diretamente de forma transversal. Foram convidados usuários do Facebook com idade superior a 18 anos. **Resultados:** Conforme a pesquisa realizada, os participantes utilizam com frequência o Facebook com propósito de se comunicar. A grande maioria dos respondentes considera que essa rede influencia as opiniões das pessoas. Não obstante, considera-o como uma ferramenta para se construir laços afetivos, através da troca de mensagens instantâneas enviadas às pessoas que estão conectadas mediante a construção de amizades virtuais. **Conclusão:** Os objetivos propostos foram alcançados, o que permitiu a análise da influência do Facebook para fins de relacionamento. Verificou-se que grande parte dos respondentes utiliza essa ferramenta para tal finalidade.

Palavras-chave: *Facebook*; Internet; Relacionamento; Comunicação; Influência.

INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR: UMA ANÁLISE DO ASPECTO PSICOLÓGICO

Merilene Venuto da Silva
Maircon Rasley Gonçalves Araújo

RESUMO

Objetivo: Verificar, a partir da literatura pesquisada e analisada, como ocorre o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais com enfoque na deficiência mental. **Materiais e Métodos:** Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura sistemática e descritiva, realizada entre março a abril 2018, em que se realizou a investigação em bibliografias disponíveis em produções científicas indexadas nas seguintes bases de dados: *Scielo* e *Lilacs* a partir dos descritores: Inclusão Social; Necessidades Educacionais Especiais e Psicologia Escolar. O recorte temporal abrangeu o período compreendido entre os anos 2005 e 2015, os artigos foram analisados e categorizados de acordo com os paradigmas dos estudos e sua observação sobre a inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais. **Resultados:** Foram selecionados 15 artigos, cujos estudos foram classificados em duas vertentes: os que consideravam a inclusão de deficientes mentais como possível e os que consideravam a inclusão de deficientes mentais como um processo com pontos a serem superados. **Conclusão:** Percebeu-se que a inclusão percorre para uma vertente centrada na pessoa, permitindo assim que as pessoas com necessidades especiais sejam únicas. O psicólogo terá seu papel voltado para as diferenças individuais e a dificuldade de aprendizagem, de forma individual e subjetiva, tendo em vista que os sujeitos são diferentes. A partir do que foi abordado nos estudos, pode-se perceber os avanços no processo de inclusão, contudo, conquistas ainda são necessárias.

Palavras-chave: Deficiência. Inclusão. Psicologia.

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA APOSENTADORIA APRESENTADA POR UM GRUPO DE IDOSAS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Francielle Cardoso Quaresma
Marcos Vinícius Carneiro de Souza
Maircon Rasley Gonçalves Araújo

RESUMO

Objetivo: Verificar a percepção da qualidade de vida na aposentadoria apresentada por um grupo de idosas de um Centro de Convivência. **Materiais e Métodos:** Tratou-se de uma investigação de campo, de caráter transversal e análise qualitativa que buscou compreender e relacionar aspectos psicológicos com a aposentadoria em um grupo de idosas de um Centro de Convivência de uma cidade do Norte de Minas Gerais. A população desta pesquisa foi constituída por 25 usuárias do serviço, sendo que a amostra foi composta por 5 participantes. Para a obtenção dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista adaptado de Chachamovich, Trentini, Fleck, Schimid & Power (2008). **Resultados:** As idosas entrevistadas possuem entre 60 e 80 anos. São aposentadas e realizam atividades corriqueiras no lar. Percebeu-se que a expressão qualidade de vida está permeada de significados, pois perpassa pela questão subjetiva. Foi constatado que o trabalho é algo satisfatório e que possui um valor social, mesmo que a aposentadoria seja considerada como algo positivo pelas entrevistadas, não realizar uma atividade foi considerado como algo que faz falta, uma vez que o trabalho é visto como dignidade e possibilidade de apresentar o valor social que o indivíduo possui e posição que ocupa na sociedade. **Conclusão:** A percepção de qualidade de vida na aposentadoria acontece por vários aspectos sendo eles: físicos, psicológicos, sociais e culturais. O grupo de idosas que frequenta o Centro de Convivência em questão percebe a qualidade de vida na aposentadoria como forma de desfrutar de uma boa saúde, ter a família próxima e condições de garantir o necessário para a sobrevivência.

Palavras-chave: Idoso. Aposentadoria. Qualidade de vida.

SERVIÇO SOCIAL

A ACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO AO ENSINO SUPERIOR

Maria Aparecida Silva Santos
Simone Torres Gusmão

RESUMO

Objetivo: Identificar as estratégias utilizadas por instituições de ensino superior na promoção da pessoa com deficiência; buscou-se conhecer o que tem sido publicado sobre essa temática na literatura da área, pois foi considerado imprescindível fundamentar ações com evidências geradas por estudos. **Materiais e métodos:** Estudo bibliográfico com publicações nacionais e internacionais, na área, acessibilidade do deficiente físico no Ensino Superior, a fim de identificar o conhecimento disponível e verificar possíveis lacunas existentes na área, para subsidiar e direcionar meios para sanar as necessidades. **Resultados:** A partir dessa revisão integrativa, pôde-se perceber que existe dessa uma carência na publicação de estudo nessa temática, tendo em vista que foram encontrados apenas três estudos nas bibliotecas pesquisadas, sendo esta a maior limitação deste estudo. **Conclusão:** Ressalta-se a importância da acessibilidade e de meios que possibilitem melhor qualidade aos deficientes físicos que buscam ingressar no Ensino Superior, salientar a necessidade de cumprir as Leis vigentes que garantem acessibilidade e qualidade necessárias aos deficientes físicos.

Palavras-chave: Deficiência Física. Acessibilidade. Ensino Superior.

FAMÍLIA ACOLHEDORA: UMA POSSIBILIDADE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR

Camila Vieira Soares
Renata Kelly Almeida Fernandes
Daniela Mendes Queiroz

RESUMO

Objetivo: Realizar uma reflexão crítica sobre a Família Acolhedora como uma possibilidade de reintegração social e familiar das crianças e adolescentes afastados do convívio com sua família de origem em função de abandono, violência, ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. **Meterias e Métodos:** Pesquisa bibliográfica acerca da Constituição da República Federativa do Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais documentos que compuseram esta pesquisa. **Resultados:** O Programa Família Acolhedora representa um avanço na política e no serviço social, voltado para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo no que se refere ao processo de compartilhamento da proteção social e à convivência familiar e comunitária. **Conclusão:** A proposta atual desse serviço é retratada por características inovadoras, sendo uma alternativa que possibilite um trabalho com a família de origem, no sentido do retorno da criança e do adolescente. Considerou-se essencial mostrar a capacidade da família provisória e o desempenho de suas responsabilidades e funções, para efetivação dos direitos.

Palavras-chave: Família Acolhedora. Proteção. Convivência Familiar. Reintegração.

INSERÇÃO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE EDUCACIONAL PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Aparecida Francisca Barbosa
Idaiane Dias de Oliveira
Simone Torres Gusmão Santos

RESUMO

Objetivo: Identificar os desafios postos para a inserção do Assistente Social na rede pública de ensino. **Materiais e Métodos:** Pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Para o levantamento dos dados e desenvolvimento do estudo, buscamos como fontes artigos científicos do período de 2012 até o ano de 2018. **Resultados:** O sistema educacional brasileiro sofreu diversas modificações no decorrer dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade. Com essas alterações, as questões sociais que surgiram ao longo da história se manifestam no âmbito escolar, tais como, uso de substâncias psicoativas, pobreza extrema, violência, dentre outros. Vale salientar que os profissionais das equipes pedagógicas das escolas públicas não apresentam conhecimento técnico e capacidade de intervenção nas manifestações das questões sociais, como os assistentes sociais, pela especificidade de suas formações, inviabilizando, muitas vezes, a resolução dos problemas. **Conclusão:** Este artigo apresentou que é de grande importância a inserção e atuação de assistentes sociais nas escolas

públicas, visto que esse profissional é capacitado para atuar com as expressões da questão social, mediante a forma de demanda para educadores e direção escolar.

Palavras-chave: Assistente Social. Ensino Público. Questão social. Inserção.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR ESPECIAL EM MONTES CLAROS - MG

Bárbara Maria de Souza Figueiredo
Sebastião Gonçalves de Jesus
Viviane Bernadeth Gandra Brandão

RESUMO

Objetivo: Analisar o Serviço Social dentro do ambiente escolar da educação especial, especificamente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em Montes Claros – MG. **Materiais e Métodos:** Abordagem qualitativa de caráter exploratório, descritiva delineada por uma pesquisa de campo realizada na Associação de Pais e Amigos dos excepcionais – APAE em Montes Claros – MG. **Resultados:** As entrevistas realizadas com os professores tornam possível evidenciar a importância da inserção do Assistente Social no contexto educacional, principalmente na educação inclusiva em que as necessidades apresentadas se estendem à família e ao contexto social dos alunos. **Conclusão:** Constatou-se que o papel do Assistente Social na escola de educação especial é fundamental tanto para o corpo docente quanto para as famílias e alunos.

Palavras – chave: Educação Especial. Pessoas com deficiência. Serviço Social.

O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Egmar Vieira Ferro
Edmauro Cardoso Oliveira
Simone Torres Gusmão Santos

RESUMO

Objetivo: Analisar a relação entre o uso de substâncias psicoativas e a violência contra as mulheres. **Materiais e Métodos:** Abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica com base em livros, artigos, dissertações, revistas e periódicos. Realizou-se uma análise crítica e reflexiva das referências bibliográficas. **Resultados:** O fenômeno da violência contra a mulher se manifesta de forma mundial e perpassa questões culturais e sociais, atingindo diversas esferas da sociedade. Dentre as formas de violência pesquisadas, observou-se que a violência física predomina no âmbito das agressões. Os resultados obtidos evidenciam que a violência doméstica decorre de fatores culturais, em que o uso abusivo de substâncias psicoativas, especialmente o álcool, é o principal fator contributivo das agressões contra as mulheres. Verificou-se também que as agressões, na maioria das vezes, são perpetradas pelos próprios companheiros das vítimas, e o lar é o local onde ocorre a maior parte das agressões. **Conclusão:** A violência doméstica contra a mulher atinge o cotidiano de milhões de mulheres

nos arredores do mundo, deixando graves consequências não somente para as vítimas, mas também para todas as pessoas que fazem parte da família. Principalmente para os filhos, que são os que mais presenciam as agressões.

Palavras-chave: Mulher. Violência Doméstica. Substâncias Psicoativas.

PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS/ES REGULARES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDA/H NA ESCOLA PÚBLICA

Márcia Pereira Cruz
Meirielle Alves Guimarães
Worney Ferreira de Brito

RESUMO

Objetivo: Verificar a percepção de professoras/es de escola regular sobre o processo de inclusão de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade - TDA/H. **Materiais e Métodos:** Foram entrevistados oito professores de duas escolas públicas estaduais na cidade de Montes Claros, MG. Os dados obtidos através das entrevistas foram interpretados à luz da análise de conteúdo de Bardin. **Resultados:** Apontou-se o despreparo dos professores e da escola quanto ao processo de inclusão dessas crianças, enfatizando-se que não é somente responsabilidade do docente saber lidar com o aluno, mas de todo o contexto educacional atual. **Conclusão:** Devem-se pensar estratégias de mudança desse quadro, tanto em nível da escola como do governo, que deve investir mais na formação dos educadores, em salas de recursos bem equipadas com recursos concretos e materiais adequados, para que haja uma educação de qualidade com inclusão não só para as crianças com TDAH, mas para todas as crianças com diversas deficiências.

Palavras-chave: Déficit de Atenção. Hiperatividade. Professor. Aprendizagem. Aluno.

PROMOÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL: UM ESTUDO COM OS IDOSOS DE UMA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG

Weberth Juneo Silva Santos
Raquelina Gonçalves Pereira Andrade
Viviane Bernadeth Gandra Brandão

RESUMO

Objetivo: Analisar a relação e a contribuição da Educação de Adultos como instrumento de promoção social e educacional na vida dos alunos-idosos da Associação de Amigos e Moradores do Bairro Jardim Brasil em Montes. **Materiais e Métodos:** O Estudo se caracteriza como exploratório descritivo e pesquisa de campo. Foram utilizadas 08 (oito) entrevistas semiestruturadas composta por 08 (oito) questões, com 08 (oito) idosas que estudam nessa Associação. **Resultados:** As idosas voltaram a estudar pelo próprio interesse, afirmando que muita coisa mudou após essa iniciativa, mesmo sendo criticadas por vizinhos e/ou familiares buscam seu objetivo de aprender a ler e escrever. Todas demonstram prazer e interesse em continuar estudando, apesar das dificuldades enfrentadas. **Conclusões:** Com o

estudo, as idosas conseguem superar diversos traumas vivenciados no passado por não estudarem, além de ser uma oportunidade de inserção social e criação de novos laços de amizade. Sendo assim, fica claro o quanto a educação é essencial na vida de todos.

Palavras-chave: Idoso. Educação de Jovens e Adultos. Promoção Social.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Jhully Mirelly Brito Cardoso
Mariane Leite Calixto
Simone Torres Gusmão Santos

RESUMO

Objetivo: Discutir as representações sociais na vida das mulheres vítimas de violência doméstica. Em uma análise central, discorre-se acerca das representações sociais, que se evidenciam mediante atitudes, raciocínios, e tem como base processos mentais, cognitivos, ressaltando a concepção estigmatizada pela sociedade de que o homem ocupa o lugar de superioridade em relação à mulher. **Materiais e Métodos:** Estudo de natureza bibliográfica, de característica qualitativa, com busca de dados bibliográficos em sites com credibilidade científica, materiais já elaborados, como artigos, periódicos, livros, teses, dissertações e materiais impressos relacionados, acerca das representações sociais, no cenário da violência doméstica contra a mulher. **Resultados:** A violência doméstica contra a mulher não é considerada algo novo na sociedade, é um grave problema social que vem crescendo significativamente com o decorrer dos anos. Em recente estudo apresentado pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015, p.11), apontou que, entre os anos 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. E diante dessa problemática, a pesquisa proposta visa a contribuir com o debate sobre o fenômeno em questão, tornando-se relevante a necessidade de estudos acerca da temática com o objetivo de instigar a escrita científica e abordar o que concerne às agressões contra a mulher. **Conclusão:** A violência doméstica contra a mulher é uma realidade bastante corriqueira que não escolhe hora, nem lugar para acontecer. Violência, que permeia em diversos espaços da sociedade contemporânea e tem atingido cada vez mais mulheres de todas as camadas sociais.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Mulher. Representações Sociais.
